

Tuning

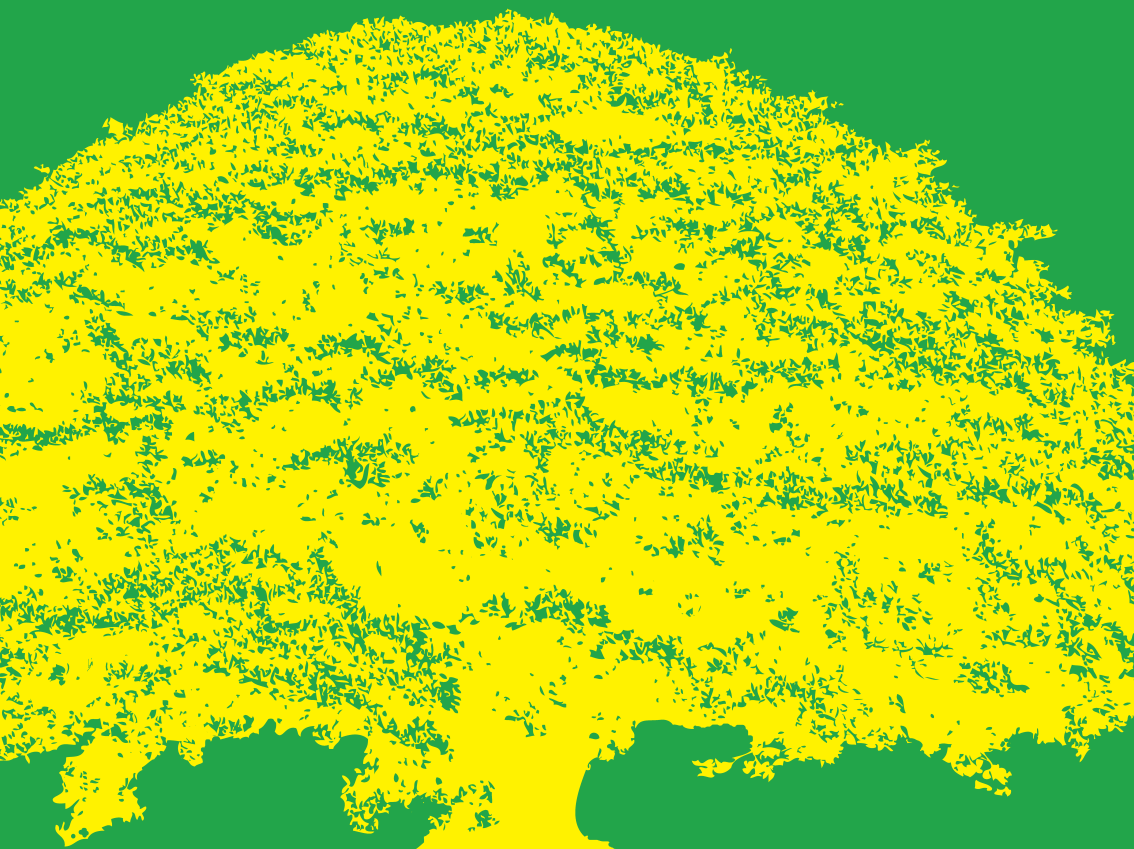
The logo for Tuning consists of four overlapping, curved lines in red, blue, orange, and green, forming a stylized 'U' shape that frames the letter 'T'.

América Latina

ISUR

Um modelo de avaliação
de Inovação Social
Universitária Responsável
(versão resumida)

Aurelio Villa (ed.)



Um modelo de avaliação
de Inovação Social
Universitária Responsável
(ISUR)
(versão resumida)

Projeto Tuning América Latina

Um modelo de avaliação
de Inovação Social
Universitária Responsável
(ISUR)
(versão resumida)

Aurelio Villa (editor)

Autores:

Aurelio Villa, Enrique Arnau, Christian Cabezas, Rita Cancino,
Norberto Fernández-Lamarra, Carolina Greising, Elsiana Guido,
Chantal Jouannet, Claudia Lucía Mora, Mercedes Morales,
Oswaldo Orellana, Carmen Salazar, Daniela Sánchez,
Vera Solís, Milton Trujillo, Javier Villar, Ana Luisa López

2014
Universidad de Deusto
Bilbao

O presente documento foi redigido com a colaboração financeira da Comunidade Europeia. O conteúdo do documento é de inteira responsabilidade dos autores e não deve ser considerado como uma reflexão da posição da União Europeia.

Embora o material seja criado como parte do projeto Tuning-América Latina, ele é propriedade dos participantes formais. Outras instituições de ensino superior têm a liberdade para submeter o material e usá-lo após a publicação, tendo como condição citar a fonte.

© Tuning Project

Nenhuma parte desta publicação, inclusive o desenho da capa, poderá ser reproduzida, armazenada ou transmitida sob quaisquer circunstâncias, inclusive por meio eletrônico, químico, mecânico, óptico, de gravação ou fotocópia, sem solicitar a autorização prévia do editor.

Desenho da capa: © LIT Images

Tradução: Débora Chobanian, Arlete Nishida Moraes, Tania Penido Sampaio

© Publicações da Universidade de Deusto
Apartado 1 - 48080 Bilbao
e-mail: publicaciones@deusto.es

Depósito legal: BI - 118-2014

Printed in Spain/Impresso na Espanha

Índice

Agradecimentos	15
Tuning: passado, presente e futuro. Introdução.	17
Prólogo	25
Capítulo 1. Marco teórico	27
1. Sobre o conceito de inovação social	27
2. Inovação social desde a Universidade	28
2.1. Conceitos associados à Inovação Social na Universidade	29
2.1.1. Compromisso social ou cívico.	29
2.1.2. Responsabilidade Social Universitária	30
2.1.3. Aprendizagem-Serviço	31
2.1.4. Empreendimento social	33
Capítulo 2. O modelo de inovação social universitária responsável.	37
1. Definição	37
2. As dimensões	40
2.1. Dimensão curricular e pedagógica	41
2.2. Dimensão organizacional	42
2.3. Dimensão de pesquisa, desenvolvimento e inovação.	42
2.4. Dimensão de relação com o entorno.	43
2.5. Dimensão ambiental.	43
2.6. Dimensão de internacionalização	44
Capítulo 3. Estudo piloto	45
1. Metodologia.	45
1.1. Elaboração e breve descrição do instrumento	45
1.2. Coleta de dados em cada universidade	49

2. Análise quantitativa, dimensões internas e externas da ISUR	50
2.1. Análise da Dimensão 1. Curricular e pedagógica.	51
2.1.1. Fatores internos	51
2.1.2. Fatores externos.	54
2.2. Análise da Dimensão 2. Organizacional.	59
2.2.1. Fatores internos	59
2.2.2. Fatores externos.	63
2.3. Análise da dimensão 3. Pesquisa, desenvolvimento e inovação (PDI)	65
2.3.1. Fatores internos	65
2.3.2. Fatores externos.	70
2.4. Análise da Dimensão 4. Relação com o entorno	74
2.4.1. Fatores internos	74
2.4.2. Fatores externos.	77
2.5. Análise da Dimensão 5. Ambiental	81
2.5.1. Fatores internos	81
2.5.2. Fatores externos.	83
2.6. Análise da Dimensão 6. Internacionalização	87
2.6.1. Fatores internos	87
2.6.2. Fatores externos.	88
Conclusões	91
Bibliografia	95
Lista de contatos	97

Índice de ilustrações

Ilustração 1. Os quadrantes da aprendizagem-serviço.....	32
Ilustração 2. Os eixos associados à Inovação Social Universitária Responsável. . .	38
Ilustração 3. Dimensões da Inovação Social Universitária Responsável	40

Índice de tabelas

Tabela 1.	Dimensões e factores abordados em cada protocolo.	46
Tabela 2.	Ilustração do tipo de perguntas e respostas dos protocolos. Protocolo 1, D1. Curricular e pedagógica, factores internos, perguntas I.A.1 e I.A.2	48
Tabela 3.	Número de universidades que responderam a cada uma das dimensões.	49
Tabela 4.	Respostas simples dos factores internos da Dimensão 1. Curricular e pedagógica	51
Tabela 5.	Múltiplas respostas referentes às características dos programas de Aprendizagem-serviço, Dimensão 1	53
Tabela 6.	Múltiplas respostas referentes aos grupos do pessoal universitário a que se dirigem, Dimensão 1.	54
Tabela 7.	Respostas simples dos factores externos da Dimensão 1. Curricular e pedagógica	55
Tabela 8.	Múltiplas respostas, setores externos à universidade onde se percebem impactos, Dimensão 1	56
Tabela 9.	Respostas simples referentes ao fator interno I. Planejamento, gestão e avaliação institucional da Dimensão 2	58
Tabela 10.	Múltiplas respostas com respeito ao fator I.C. Normas, regras e procedimentos da Dimensão 2	60
Tabela 11.	Múltiplas respostas relativas ao fator I.E. Recursos designados da Dimensão 2	60
Tabela 12.	Respostas simples referentes ao fator interno II. Estrutura organizacional da Dimensão 2	61
Tabela 13.	Múltiplas respostas, setores das instituições com as quais estabeleceram-se consórcios e acordos relativos à Dimensão 2	62
Tabela 14.	Respostas simples referentes ao fator interno III. Cultura organizacional da Dimensão 2	63
Tabela 15.	Respostas simples do fator interno I. Políticas institucionais de pesquisa em ISR da Dimensão 3. PDI	66

Tabela 16.	Respostas simples, fator interno II. Comunidade de pesquisa e redes de produção de conhecimento, Dimensão 3. PDI	67
Tabela 17.	Respostas simples dos fatores internos III. Gestão e IV. Promoção da pesquisa em questões prioritárias da Dimensão 3.	68
Tabela 18.	Múltiplas respostas, âmbitos da ação universitária com aplicações na comunidade com respeito à Dimensão 3. PDI	73
Tabela 19.	Respostas simples referentes aos fatores internos em questões prioritárias da Dimensão 4. Relação com o entorno	75
Tabela 20.	Múltiplas respostas, setores envolvidos e onde se percebem impactos, Dimensão 4.	78
Tabela 21.	Respostas simples referentes aos factores internos em questões prioritarias da Dimensão 5. Ambiental	82
Tabela 22.	Respostas simples referentes aos fatores internos em questões prioritárias da Dimensão 5. Ambiental	83
Tabela 23.	Múltiplas respostas, grupos beneficiados, Dimensão 5	85
Tabela 24.	Respostas simples referentes aos fatores internos em questões prioritárias da Dimensão 6. Internacionalização	86
Tabela 25.	Respostas simples referentes aos factores externos em questões prioritárias da Dimensão 6. Internacionalização	89

Índice de gráficos

Gráfico 1.	Porcentagem de múltiplas respostas referentes aos âmbitos sobre a realidade e o compromisso social da Dimensão 1.	52
Gráfico 2.	Porcentagem de múltiplas respostas referentes aos grupos externos à universidade que percebem impactos, Dimensão 1.	57
Gráfico 3.	Múltiplas respostas, âmbitos da ação universitária com maior impacto da Dimensão 2. Organizacional.	64
Gráfico 4.	Múltiplas respostas referentes aos grupos beneficiados em relação à Dimensão 2. Organizacional.	65
Gráfico 5.	Múltiplas respostas referentes aos âmbitos de ação universitária dos fatores internos da Dimensão 3. PDI	70
Gráfico 6.	Múltiplas respostas, setores em que se percebem impactos referentes à Dimensão 3. PDI	71
Gráfico 7.	Múltiplas respostas, grupos implicados e/ou beneficiados com relação à Dimensão 3. PDI.	71
Gráfico 8.	Múltiplas respostas, âmbitos de regeneração econômica e empreendimento beneficiados com relação à Dimensão 3. PDI.	72
Gráfico 9.	Múltiplas respostas referentes aos âmbitos de ação universitária dos fatores internos da Dimensão 4.	76
Gráfico 10.	Múltiplas respostas referentes aos âmbitos de regeneração econômica e empreendimento dos fatores internos da D4.	77
Gráfico 11.	Múltiplas respostas, grupos envolvidos e onde se percebem impactos, Dimensão 4	79
Gráfico 12.	Múltiplas respostas, âmbitos de ação universitária de maior impacto, Dimensão 4.	81
Gráfico 13.	Múltiplas respostas, setores onde se percebem impactos, Dimensão 5	84
Gráfico 14.	Múltiplas respostas, âmbitos de inovação social responsável universitária relativos à Dimensão 6.	88

Gráfico 15. Múltiplas respostas, setores onde se percebem impactos, Dimensão 6 89

Gráfico 16. Múltiplas respostas, grupos envolvidos e/ou beneficiados, Dimensão 6 90

Agradecimentos

Manifestamos nosso agradecimento à Comissão Europeia pelo seu apoio econômico que permitiu a realização deste estudo.

Agradecemos também o apoio recebido pelos coordenadores gerais do Projeto Tuning Alfa Inovação Educativa e Social, Dra. Julia González e Pablo Beneitone.

E, evidentemente, a todos os membros da equipe de pesquisa das dezesesseis universidades que participaram desta pesquisa:

Enrique Arnau, Universidade Nacional de Jujuy, Argentina;
Cristhian Cabezas, Pontificia Universidade Católica Equador, Equador;
Rita Cancino, Universidade de Aalborg, Dinamarca;
Norberto Fernández-Lamarra, Universidade Nacional Tres de Febrero, Argentina;
Carolina Greising, Universidade Católica do Uruguai, Uruguai;
Elsiana Guido, Universidade de Costa Rica, Costa Rica;
Chantal Jouannet, Pontificia Universidade Católica do Chile, Chile;
Claudia Lucía Mora, Pontificia Universidade Javeriana Cali, Colômbia;
Mercedes Morales, Universidade Andrés Bello, Venezuela;
Oswaldo Orellana, Universidade San Marcos, Peru;
Carmen Salazar, Universidade Rafael Landívar, Guatemala;
Daniela Sánchez, Universidade Católica Silva Henríquez, Chile;
Vera Solís, Universidade Centroamericana, Nicarágua;
Milton Trujillo, Universidade del Valle, Colômbia;
Aurelio Villa, Universidade de Deusto, Espanha;
Javier Villar, Universidade Católica de Temuco, Chile.
E a colaboração especial de Ana Luisa López Vélez, Universidade de Deusto.

Tuning: passado, presente e futuro

Introdução

Nos últimos 10 anos, houve grandes mudanças no ensino superior no mundo inteiro, entretanto, principalmente na América Latina, houve um período de intensa reflexão, promovendo o fortalecimento entre as nações e começando a considerar a América Latina como sendo um espaço cada vez mais próximo. Estes anos também representam o período entre a transição do projeto Tuning como sendo uma iniciativa criada para responder às necessidades europeias e, em seguida, como uma proposta de um projeto mundial. O projeto Tuning América Latina marca o início do processo de internacionalização do Tuning. A preocupação sobre como avançar o projeto em direção a um espaço compartilhado para as universidades, respeitando tradições e diversidades, não é mais uma preocupação exclusiva dos europeus, ela transformou-se em uma necessidade global.

Para situar o leitor desta publicação, é importante fornecer algumas definições sobre o Tuning. Em primeiro lugar, pode-se afirmar que o Tuning é **uma rede de comunidades de aprendizado**. O projeto Tuning pode ser visto como uma rede de comunidades de acadêmicos e estudantes interconectados que refletem, debatem, elaboram instrumentos e partilham resultados. São especialistas pertencentes a uma disciplina e atuam com espírito de confiança mútua. Esses especialistas trabalham em grupos internacionais e interculturais, respeitando a autonomia institucional, nacional e regional, trocando conhecimentos e experiências. Eles desenvolvem uma linguagem comum para compreender os problemas do ensino superior e participam da elaboração de um conjunto de ferramentas úteis para o trabalho, que foram consideradas e produzidas por outros acadêmicos. Eles são capazes de participar de uma plataforma de reflexão e de ação sobre o ensino superior, sendo uma plataforma integrada com centenas

de comunidades de países diferentes. São responsáveis pelo desenvolvimento dos pontos de referência para as disciplinas que representam e por um sistema de elaboração de títulos de qualidade, partilhados por muitos. Estão abertos à possibilidade de criação de redes de cooperação com as diversas regiões do mundo dentro da própria área temática, sentindo-se responsáveis por esta tarefa.

O projeto Tuning foi criado a partir da colaboração de membros da comunidade que partilharam ideias, iniciativas e dúvidas. Ele é global porque vem seguindo um caminho de formulação de padrões mundiais, mas também é local e regional, respeitando as particularidades e demandas de cada contexto. A recente publicação *Comunidades de Aprendizagem: As redes e a formação da identidade intelectual na Europa, 1100-1500* (Crossley Encanto, 2011) sinaliza que as novas ideias se desenvolvem no contexto de uma comunidade, seja ela acadêmica, social, religiosa ou, simplesmente, como uma rede de amigos. As comunidades do Tuning têm o desafio de atingir um impacto no desenvolvimento do ensino superior de suas regiões.

Em segundo lugar, o Tuning é **uma metodologia** com etapas bem programadas, juntamente com uma perspectiva dinâmica que permite a adaptação aos contextos diferentes. A metodologia tem um objetivo claro: criar cursos e diplomas compatíveis, comparáveis, relevantes para a sociedade, com níveis de qualidade e excelência, preservando a valiosa diversidade das tradições de cada um dos países. Estes requisitos requerem uma metodologia colaborativa, baseada no consenso, sendo desenvolvida por especialistas de diferentes áreas temáticas, que representam as disciplinas e com capacidade de compreender as realidades locais, nacionais e regionais.

Essa metodologia tem se desenvolvido com base em **três eixos**: o primeiro é o **perfil do curso ou do diploma**, o segundo é o **programa de ensino** e o terceiro é a **trajetória de quem aprende**.

O **perfil da qualificação ou do título** emprega a metodologia do Tuning como uma posição central. Após um longo processo de reflexão e de debate entre os membros do Tuning, em diferentes regiões (América Latina, África, Rússia), o perfil dos cursos pode ser definido como uma combinação de forças baseadas em quatro eixos:

- As necessidades da região (do local ao contexto internacional).
- O meta-perfil da área.
- A consideração das tendências futuras da profissão e da sociedade.
- A missão específica da universidade.

A questão da **relevância social** é fundamental para o desenho dos perfis. Sem dúvida, a análise da relação entre a universidade e a sociedade está no centro do tema da pertinência do ensino superior. O projeto Tuning tem por objetivo identificar e atender as necessidades do setor produtivo, da economia, da sociedade em geral, assim como as necessidades de cada aluno de uma área específica de estudo, sendo mediada pelos contextos sociais e culturais. Para obter um equilíbrio entre essas necessidades, metas e aspirações, o Tuning tem executado consultas com líderes, pensadores e especialistas da indústria, das universidades e da sociedade civil, bem como com grupos de trabalho que incluem outros setores interessados. A primeira fase da metodologia está vinculada à definição das competências genéricas. Cada área temática preparou uma relação das competências genéricas relevantes para a perspectiva de cada região. Essa tarefa se encerrou após o grupo discutir os temas amplamente, chegando a um consenso sobre a seleção das competências consideradas adequadas para a região. Essa tarefa também foi realizada com as competências específicas. A partir da definição do modo de consulta, a etapa final do exercício prático, com foco na relevância social, passou pela análise dos resultados. Essa ação foi realizada de forma conjunta pelo grupo, com atenção especial para não perder nenhuma contribuição procedente das diversas percepções culturais que iluminam a compreensão da realidade concreta.

Após chegar a um consenso em relação às competências genéricas, específicas, consultadas e analisadas, iniciou-se uma nova fase, nos dois últimos anos, relacionada ao **desenvolvimento de meta-perfis para a área**. Na metodologia do Tuning, os meta-perfis são as representações das estruturas das áreas e as combinações de competências (genéricas e específicas) que dão identidade à área disciplinar. Os meta-perfis são construções mentais que categorizam as competências em componentes reconhecíveis e que ilustram suas interconexões.

Paralelamente, pensar sobre a educação é refletir sobre o presente, mas também olhar para o futuro. Pensar nas necessidades sociais e antecipar as mudanças políticas, econômicas e culturais. É necessário considerar e prever os desafios que os futuros profissionais deverão enfrentar e o impacto que cada perfil de curso ou diploma terá, uma vez que a criação dos perfis é um exercício de visão de futuro. No presente contexto, a criação dos cursos leva tempo para planejar, desenvolver e aprovar. Os estudantes precisam de anos para obter os resultados e amadurecer o aprendizado. Em seguida, ao concluir o curso, deverão estar preparados para agir, inovar e transformar as sociedades futuras onde encontrarão novos desafios. Os perfis das qualificações deverão visar mais o futuro do que o

presente. Por isso, é importante considerar as tendências de futuro de um campo específico e da sociedade como um todo. Esse é um indicador de qualidade que faz parte da criação. O projeto Tuning América Latina começou a usar uma metodologia para incorporar **a análise das tendências de futuro na criação dos perfis**. Sendo assim, o primeiro passo foi buscar uma metodologia de elaboração de cenários de futuro, analisando os estudos mais relevantes sobre o ensino, com foco nas mudanças das instituições de ensino superior e nas tendências das políticas educativas. Selecionou-se uma metodologia baseada em entrevistas qualitativas, com dupla entrada, com questões que levavam à construção de cenários de futuro sobre a sociedade, suas mudanças e os impactos destas mudanças. Isso serviu de base para a segunda parte das questões, abordando especificamente as características da área administrativa, suas transformações em termos genéricos, as possíveis mudanças nos cursos que tinham tendência de cancelamento, bem como as possibilidades de surgimento ou de mudança de novos cursos. A parte final procurou antecipar, com base nas coordenadas do presente, e nos fatores de mudança, o possível impacto nas competências.

O último elemento, que deve ser considerado na criação dos perfis, está ligado à **relação com a universidade que concede a qualificação ou o título**. A missão da universidade deve estar refletida no perfil da qualificação que está sendo elaborada.

O segundo eixo da metodologia está vinculado aos **programas de ensino**, sendo necessário incluir os componentes importantes do Tuning, são eles: de um lado, o volume de trabalho dos estudantes, contemplado no acordo do Crédito Latino-Americano de Referência (CLAR), bem como todo o estudo em que ele se fundamentou; e, de outro, a intensa reflexão sobre como aprender, ensinar e avaliar as competências. Estes aspectos vêm sendo abordados pelo Tuning América Latina.

Portanto, abre-se um importante espaço de reflexão sobre o futuro das **trajetórias de quem aprende**. Um sistema que propõe a centralização no estudante, considerando onde nos situamos a partir dessa perspectiva para interpretar e aprimorar a realidade na qual estamos inseridos.

Por fim, é necessário lembrar que Tuning é **um projeto**, e, como tal, engloba objetivos, resultados e um contexto específico. Ele surgiu na Europa, em 1999, resultante do desafio criado pela Declaração de Bolonha. Desde 2003, o Tuning transformou-se em um projeto que transcende as fronteiras europeias, iniciando um intenso trabalho na América Latina. Nesse contexto, foram percebidas duas problemáticas concretas para a

universidade como entidade global: em primeiro lugar, a necessidade de modernizar, reformular e flexibilizar os programas de ensino em função das novas tendências, necessidades da sociedade e realidades dinâmicas de um mundo vertiginoso; e, em segundo lugar, vinculada com a questão anterior, está a importância de transcender os limites do corpo docente no aprendizado, oferecendo uma formação que promovesse o reconhecimento do aprendizado além das fronteiras institucionais, locais, nacionais e regionais. Desta maneira, criou-se o projeto Tuning América Latina que, na primeira fase (2004-2007), teve por objetivo iniciar um debate com a meta de identificar e trocar informações, além de aprimorar a colaboração entre as instituições de ensino superior para o desenvolvimento da qualidade, eficiência e transparência dos cursos e dos programas de ensino.

A nova fase do projeto **Tuning América Latina (2011-2013)** baseia-se no fruto do desenvolvimento da fase anterior, na demanda atual das universidades latino-americanas e dos governos para facilitar a continuação do processo iniciado. A nova etapa do Tuning na região tem por objetivo contribuir com a criação de um Espaço de Ensino Superior na América Latina. Esse desafio engloba quatro eixos de trabalho bem definidos: aprofundar os acordos de **elaboração dos meta-perfis e dos perfis das 15 áreas temáticas** do projeto (Administração, Agronomia, Arquitetura, Direito, Educação, Enfermagem, Física, Geologia, História, Informática, Engenharia Civil, Matemática, Medicina, Psicologia e Química); contribuir com a **reflexão sobre cenários futuros para as novas profissões**; promover a criação de **estratégias metodológicas para desenvolver e avaliar a formação das competências**; além de criar um **sistema de créditos acadêmicos de referência (CLAR-Crédito Latino-Americano de Referência)**, que facilite o reconhecimento dos cursos na América Latina e possibilite a articulação com os sistemas de outras regiões.

A modalidade do Tuning para o mundo foi iniciada na América Latina, mas a internacionalização do processo não seria produtiva sem a colaboração de um grupo de acadêmicos prestigiosos (230 representantes de universidades latino-americanas) que acreditaram no projeto e empenharam tempo e criatividade para executá-lo no continente latino-americano. É um grupo de especialistas nas diferentes áreas temáticas, que aprofundaram e embasaram na dimensão e na força educacional, com base no compromisso de exercer uma tarefa conjunta que a história colocou em suas mãos. As ideias, as experiências e o empenho deste grupo possibilitaram o progresso e os resultados alcançados que apresentamos nesta publicação.

É importante destacar que o projeto Tuning América Latina foi criado, coordenado e administrado por latino-americanos que trabalham na região, com a colaboração de Maida Marty Maleta, Margarethe Macke e Paulina Sierra. Essa configuração também marcou um estilo de trabalho, de comportamento, de apropriação de ideias e de respeito sobre como o projeto seria executado na região. Em função desta experiência, determinou-se que, quando outras regiões entrarem para o Tuning, será formada uma equipe local com a responsabilidade de considerar as particularidades e os elementos necessários para responder às necessidades específicas, ainda que sejam comuns no mundo globalizado, resultando em importantes dimensões próprias da região que devem ser respeitadas.

Vale destacar os coordenadores das áreas temáticas, que são: César Esquetini Cáceres - Coordenador da Área de Administração; Jovita Antonieta Miranda Barrios - Coordenadora da Área de Agronomia; Samuel Ricardo Vélez González - Coordenador da Área de Arquitetura; Loussia Musse Felix - Coordenadora da Área de Direito; Ana María Montaña López - Coordenadora da Área de Educação; Luz Angélica Muñoz González - Coordenadora da Área de Enfermagem; Armando Fernández Guillermet - Coordenador da Área de Física; Iván Soto - Coordenador da Área de Geologia; Darío Campos Rodríguez - Coordenador da Área de História; José Lino Contreras Véliz - Coordenador da Área de Informática; Alba Maritza Guerrero Spínola - Coordenadora da Área de Engenharia Civil; María José Arroyo Paniagua - Coordenadora da Área de Matemática; Christel Hanne - Coordenadora da Área de Medicina; Diego Efrén Rodríguez Cárdenas - Coordenador da Área de Psicologia, e Gustavo Pedraza Aboytes - Coordenador da Área de Química.

Os coordenadores de área, acadêmicos, que foram selecionados pelos grupos temáticos, foram fundamentais para ampliar as pontes e estreitar os laços entre o Comitê de Gestão do projeto e os grupos temáticos que eles representam. Os coordenadores criaram uma valiosa articulação entre as áreas, mostrando grande capacidade de assimilar assuntos específicos de cada disciplina, com o objetivo de integrar, acolher, aprender e potencializar as contribuições. Os coordenadores foram responsáveis pela elaboração das pontes entre o sonho e a realidade, pois tiveram que traçar novos caminhos para possibilitar a execução das ideias, para criar o vocabulário próprio das áreas, novos enfoques e os programas propostos, abrindo o caminho para que cada grupo pensasse e desenvolvesse a especificidade de cada disciplina. O processo, seguido da criação coletiva, requer uma forte rede de generosidade e rigor. Eles conseguiram administrá-los, obtendo resultados concretos e de sucesso para o projeto.

Além da contribuição das 15 áreas temáticas, o Tuning América Latina conta com o acompanhamento de mais dois grupos transversais: o grupo de Inovação Social (coordenado por Aurelio Villa) e o grupo dos 18 Centros Nacionais Tuning. O primeiro grupo criou novas dimensões que enriquecem os debates e abrem espaço para uma reflexão sobre o futuro das áreas temáticas. Sem dúvida, esse novo âmbito de trabalho oferecerá perspectivas inovadoras para considerar um ensino superior de qualidade e conectado com as necessidades sociais de cada contexto.

O segundo grupo transversal, que desempenha um papel importante, consiste dos Centros Nacionais Tuning, formados pelos representantes das instâncias máximas das políticas universitárias de cada um dos 18 países da região, que acompanharam o projeto desde o início, e que apoiaram e ampliaram a realidade dos contextos nacionais às necessidades ou às possibilidades que se desenvolveram a partir do projeto Tuning.

Eles compreenderam, dialogaram com outros, difundiram, implementaram essas possibilidades e atuaram como modelo na hora de buscar referências e metas possíveis. O Centros Nacionais representam a contribuição da América Latina para o projeto Tuning, contextualizando os debates, assumindo e adaptando os resultados aos prazos e às necessidades locais.

Agora encontra-se na fase de finalização de uma etapa de trabalho intenso. Os resultados previstos no projeto foram alcançados, superando as expectativas. Como fruto desse esforço e compromisso, apresentamos a seguir as reflexões da área de Inovação Social. Esse processo finaliza com o desafio de continuar elaborando as estruturas educativas para que sejam mais dinâmicas, favorecendo a mobilidade e o encontro dentro da América Latina, criando as pontes necessárias com outras regiões do mundo. Este é o desafio do projeto Tuning na América Latina.

Julho de 2013

Pablo Beneitone, Julia González e Robert Wagenaar

Prólogo

As instituições de ensino superior atravessam momentos de mudanças, que se evidenciam tanto em seus processos internos, como em sua relação com o meio em que estão inseridas. Portanto, faz-se necessário definir novas práticas para enfrentar os desafios que o século XXI apresenta para o ensino superior. Neste sentido, o Projeto Tuning Alfa, em sua segunda fase para a construção de um espaço comum Latino-americano de Ensino Superior, incluiu como um dos objetivos e resultados a serem alcançados, a construção de um Modelo de Inovação Social Universitária Responsável, que prescreverá o sentido e âmbito desse Espaço Comum de Ensino Superior. Esse trabalho foi assumido como grupo da Área de Inovação e Responsabilidade Social Universitária por 16 universidades (14 latino-americanas e 2 europeias), lideradas pela Universidade de Deusto, pelo acadêmico e especialista em inovação social e universitária, Aurelio Villa e que, durante dois anos, se empenharam na definição do Modelo que será apresentado ao longo deste documento.

A concepção deste Modelo parte da construção e definição para a implementação de uma competência organizacional transversal a toda a universidade que integra a inovação social para reforçar e orientar a missão e visão das universidades. Além disso, se enquadra nos aspectos missionários de docência, pesquisa, extensão/serviço social e gestão/administração, visto que não podemos manter uma ação fragmentada e sem trabalho sinérgico.

A definição das dimensões da Inovação Social Universitária Responsável permite ampliar os referentes da reflexão, pois ajuda a pensar nos planos institucionais de formação integral de profissionais; portanto, estas dimensões, em forma de orientações, apresentam alguns aspectos, critérios ou características que exigem considerar o que se deve ter em conta para dizer que a universidade realmente faz Inovação Social. A reflexão sobre as dimensões, em contraste com a vida universitária e as experiências da comunidade, permitirá encontrar «evidências ou avaliações» para compreender as implicações

da Inovação Social e sua relação com a missão universitária, não a partir de um modelo fechado administrativo de «prestação de contas», mas sim com a pretensão de encontrar «luzes» para construir coletivamente um modelo de Inovação Social a partir da Universidade que contribua para o fortalecimento de nossas comunidades europeias e latino-americanas em prol da transformação social.

O presente documento está organizado em seções distintas. Em primeiro lugar, o Marco Teórico é desenvolvido no Capítulo 1. O primeiro ponto refere-se à noção de «inovação social» como estratégia para superar os obstáculos que o mundo contemporâneo apresenta. Em seguida, no segundo ponto, passa-se a desenvolver de forma mais aprofundada a contribuição da inovação social, que é realizada a partir do âmbito universitário por meio da noção de «inovação social universitária responsável». Além disso, são analisadas as contribuições teóricas relativas a alguns conceitos estritamente vinculados ao de inovação social: compromisso social, responsabilidade social, aprendizagem-serviço e empreendimento social. No segundo capítulo, é apresentado o **Modelo de Inovação Social Universitária Responsável (ISUR)**, que aprofunda sua definição e dimensões. A seguir, no terceiro capítulo, é apresentado o estudo piloto realizado sobre o instrumento elaborado para avaliar o Modelo ISUR. É apresentada a metodologia utilizada e um resumo da análise quantitativa dos fatores internos e externos de cada uma das dimensões analisadas. Por último, são apresentadas as conclusões sobre as lições aprendidas durante o desenvolvimento do projeto.

Capítulo 1

Marco teórico

1. SOBRE O CONCEITO DE INOVAÇÃO SOCIAL

A *Fundación de la Innovación Bankinter* (FIB) propôs que a *Inovação Social* consistia no método para obter um novo modelo, que não só se aplicava para a criação ou o aprimoramento de produtos e serviços, mas que se estendia a muitas outras áreas. Nessa acepção, destacava o vínculo deste conceito no âmbito das melhorias sociais e as mudanças que podiam ser realizadas neste sentido. Aborda um conceito dinâmico, pautado pela ação social em que o papel fundamental é desempenhado pelos *atores facilitadores*, também denominados *agentes sociais* ou *stakeholders* (FIB, 2009).

Por sua vez, *The Open Book of Social Innovation* (Murray, Gaulier-Grice & Mulgan, 2010: 6), definiu a *Inovação Social* como «*as novas ideias (produtos, serviços e modelos) que, ao mesmo tempo, podem satisfazer as necessidades sociais e criar novas relações sociais ou colaborações. Em outras palavras, são as inovações que são boas para a sociedade e que melhoram a capacidade de atuação da sociedade*». Não obstante, o livro também oferece outras definições do conceito. Por exemplo, a definição sobre inovação social da Universidade de Stanford proposta por Phills, Deiglmeier e Miller (2008), gira em torno da concepção de construir um curso de ação que permita atender as necessidades e problemáticas sociais a partir de três elementos fundamentais: eficácia, eficiência e sustentabilidade. Este curso de ação deve estar orientado a gerar benefícios para a sociedade compreendida como um todo, e não a certos interesses particulares.

De acordo com a análise realizada por Villa e López (2012), seja qual for a definição do conceito, por mais ampla que seja, costuma-se encontrar alguns aspectos comuns entre elas:

- A inovação social deve ser administrada pelos atores facilitadores, que podem apresentar características diferentes. Podem ser instituições ad-

ministradas pelo governo ou ONGs sem fins lucrativos e os novos empreendedores sociais. Não obstante suas particularidades, todos eles devem levar as ações adiante conforme os padrões comuns, tais como: garantir que os empreendimentos criados sejam sustentáveis e estáveis ao longo do tempo, prover bens e serviços acessíveis e críticos para aumentar o nível de vida dos mais desfavorecidos, implementar soluções criativas e engenhosas, além de contar com uma grande capacidade de organização e proatividade.

- A inovação deve, acima de tudo, resolver um problema social. A inovação se apresenta como uma iniciativa que tenta dar uma resposta de uma forma inovadora a um problema ou situação social.
- A solução deve ser eficaz, eficiente, sustentável e justa. Existem, portanto, algumas características essenciais: eficaz: que se alcancem os objetivos pretendidos; eficiente: que seja realizada sem gastos de recursos; sustentável: que perdure no tempo e que respeite o meio ambiente; e justa/equitativa: que promova uma distribuição baseada na justiça social.
- A contribuição da inovação social deve agregar valor, e também dirigir-se aos interesses da sociedade em seu conjunto, e não a interesses particulares.
- A inovação social é um processo, não é algo preciso, mas sim um percurso por distintas etapas de geração de ideias, materialização, primeiros resultados, institucionalização e, em última análise, de transformação social.

2. INOVAÇÃO SOCIAL DESDE A UNIVERSIDADE

Nos últimos anos, em quase todo o mundo, como consequência das declarações da UNESCO (1998-2009), vem crescendo a consciência no que diz respeito à responsabilidade das instituições de ensino superior de contribuir com seu fluxo de conhecimentos e recursos a serviço do conjunto da comunidade. Neste sentido, a Declaração Mundial sobre o Ensino Superior no séc. XXI da UNESCO em 1998, em seu Artigo 6.b indicava, entre outros aspectos, que:

O ensino superior deve reforçar suas funções de serviço à sociedade e, mais concretamente, suas atividades destinadas à erradicação da pobreza, intolerância, violência, analfabetismo, fome, deterioração do meio ambiente e doenças, principalmente mediante uma abordagem interdisciplinar e transdisciplinar para analisar os problemas e as questões apresentadas (UNESCO, 1998: 24).

Por sua vez, a primeira parte da Declaração da Conferência Mundial de Ensino Superior (CMES) de 2009 definia a responsabilidade de todos os ato-

res envolvidos no ensino superior, por ser considerado um bem público. Neste sentido, o Artigo 1.3 determina que:

As instituições de ensino superior, por meio de suas funções de docência, pesquisa e extensão, desenvolvidas em contextos de autonomia institucional e liberdade acadêmica, deveriam ampliar seu olhar interdisciplinar e promover o pensamento crítico e a cidadania ativa, contribuindo para o êxito do desenvolvimento sustentável, da paz, do bem-estar e do desenvolvimento, e dos direitos humanos, inclusive da igualdade de gênero (UNESCO, 2009: 2).

2.1. **Conceitos associados à Inovação Social na Universidade**

2.1.1. *Compromisso social ou cívico*

O ensino, assim como o ensino superior e a formação universitária, adquire uma relevância especial quando se acredita que por meio dele é possível a transformação da nossa sociedade em uma sociedade mais digna, inclusiva, coesa e equitativa (Martinez, 2008). A universidade como instituição social é uma referência na transmissão dos princípios éticos das profissões e um lugar em que se aprendem valores e contravalores. Por isso, pode ser um bom espaço de aprendizagem ética na aquisição e no desenvolvimento de valores democráticos e de socialização política de seus estudantes. Neste sentido, a formação que as instituições de ensino superior podem propiciar com relação ao compromisso cívico é fundamental.

A definição cunhada pela Coalition for Civic Engagement and Leadership (2005), citada por Jacoby et al. (2009), considera que o compromisso cívico refere-se à atuação com um amplo sentido de responsabilidade na própria comunidade. Isto implica uma ampla gama de atividades, que incluem o desenvolvimento da sensibilidade cívica, a participação na construção da sociedade civil, e a obtenção de benefício do bem comum. O compromisso social é acompanhado pelas noções de cidadania global e interdependência.

Quando se passa a considerar a universidade como uma instituição com compromisso social, o Committee on Institutional Cooperation, CIC, propõe que:

O compromisso é o intercâmbio entre o conhecimento e os recursos da universidade com aqueles setores públicos e privados para que, assim, se enriqueçam os êxitos acadêmicos, a pesquisa e a atividade criativa; que fortaleça o currículo, a docência e a aprendizagem; que prepare cidadãos educados e comprometidos; que fortaleça os valores democráticos e a responsabilidade cívica; que responda aos aspectos sociais críticos; que contribua para o bem público (CIC, 2005: 2).

O CIC (2005) enfatiza três fatores fundamentais que qualquer instituição universitária precisa contemplar se deseja avançar no compromisso social: o compromisso é acadêmico com base em dois aspectos: a união entre a universidade e a comunidade e a difusão de práticas realizadas na comunidade geradas a partir das disciplinas acadêmicas e baseadas em evidências; o compromisso é transversal à missão da docência, da pesquisa, e do serviço; e o compromisso é recíproco e em benefício mútuo, tanto o planejamento, a implementação e a avaliação são realizadas conjuntamente entre as instituições colaboradoras. A Comisión Kellogg da National Association of State Universities and Land Grant Colleges (NASULGC, 2000: 13 cit Plater, 2004) menciona fatores semelhantes.

2.1.2. Responsabilidade Social Universitária

O conceito de «*responsabilidade social universitária*» (RSU) obriga as instituições a aumentarem sua escala e objetivos de formação, sem se limitarem unicamente a formar cidadãos responsáveis ou gerar novos conhecimentos por meio da pesquisa e transmiti-los adequadamente. Como instituição que exerce influência na sociedade, a universidade tem sido «*responsável por canalizar essa influência com uma clara orientação transformadora para os âmbitos de vulnerabilidade social e econômica presentes em nossas sociedades*» (De la Cruz e Sasía, 2008: 85).

A universidade participa, na esfera pública, da construção da cidadania, da observação da realidade social e nela é reconhecida como um interlocutor necessário (um stakeholder) para o diálogo social (De la Cruz e Sasía 2008: 26). Esta ampla participação da universidade no contexto social é a que, finalmente, justifica a responsabilidade social que deve exercer.

Dessa forma, a responsabilidade social universitária foi definida como a oferta de «*serviços educativos e a transferência de conhecimentos conforme os princípios de ética, boa governança, respeito para com o meio ambiente, compromisso social e promoção de valores de cidadania, responsabilizando-se, assim, das consequências e dos impactos resultantes de suas ações.*» (De la Cuesta, 2011).

A Associação de Universidades da Companhia de Jesus na América Latina (AUSJAL) definiu a Responsabilidade Social Universitária como

a habilidade e efetividade da universidade para responder às necessidades de transformação da sociedade em que está imersa, mediante o exercício de suas funções essenciais: docência, pesquisa, gestão interna e extensão. Estas funções devem ser estimuladas pela busca da promoção da justiça, solidariedade e igualdade social, mediante a elaboração de respostas exitosas para atender os desafios enfrentados na promoção do desenvolvimento humano sustentável (AUSJAL, 2009: 18).

Concluindo, a RSU como componente da Inovação Social Responsável, que pode ser mensurada e avaliada, está invocada a renovar e aprofundar a missão das universidades como tal, e para a sociedade ou sociedades às quais se referem. De acordo com as ideias de François Vallaëys, Cristina de la Cruz e Pedro Sasia (2009), é preciso conceber a gestão socialmente responsável como um eixo transversal que articula os diferentes âmbitos da universidade;

a responsabilidade social deve conseguir colorir e capilarizar toda a universidade. Um de seus valores mais importantes é precisamente a coerência institucional, que significa, ao mesmo tempo, coincidência entre a ação e o discurso institucional e consistência entre todas as áreas da universidade (que não haja contradição entre o que uma área faz e o que outra faz). Portanto, o processo de responsabilidade social alcança os quatro âmbitos da universidade: organizacional, educativo, do conhecimento e social (Vallaëys et al. 2009: 2).

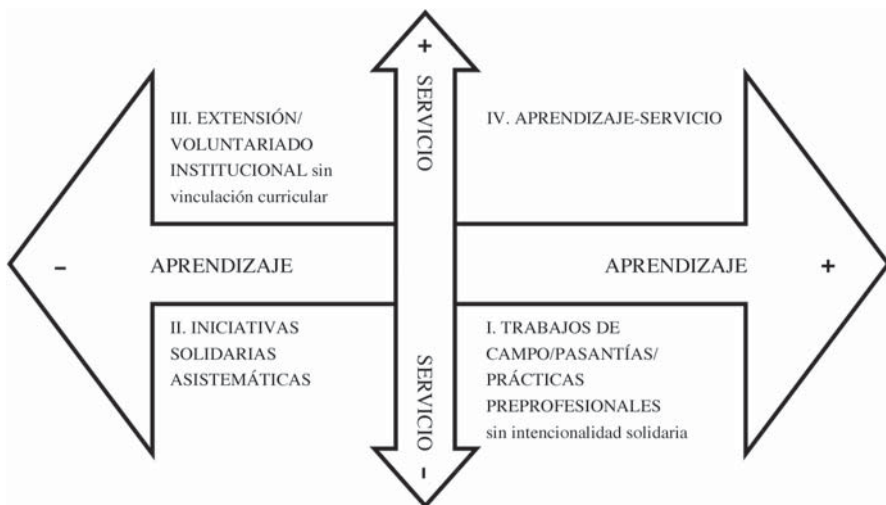
Sob essa ótica, a RSU começa analisando o currículo oculto da universidade, para revisar os valores éticos que implícita ou explicitamente se incorporam à formação profissional; e desenvolve um movimento de reforma integral que inclui a participação de estudantes e docentes em iniciativas sociais, assim como o desenvolvimento de pesquisas orientadas ao desenvolvimento sustentável.

2.1.3. *Aprendizagem-Serviço*

Nessa mudança de paradigmas educativos e organizacionais vislumbram-se uma série de metodologias que conseguem uma melhor articulação e relação entre a universidade e a comunidade. Todas elas estão definidas por seu caráter indutivo e contextualizador a partir da realidade, que deve ser conhecida para atuar sobre a mesma, e seu espírito e práticas de serviço social em si mesmas ou incorporadas a elas. Entre elas destaca-se, por sua ampla difusão e experiência em muitas universidades, a metodologia de Aprendizagem-Serviço.

De acordo com Furco (2003), a aprendizagem-serviço caracteriza o ensino experimental sob diversos ângulos: desde o voluntariado até os projetos de serviço comunitário, passando pelos projetos de disciplinas e estágios. Na prática, não é simples diferenciar as experiências de aprendizagem-serviço de outras experiências promovidas pela universidade; porém, uma característica essencial é o seu forte componente acadêmico ou curricular associado aos objetivos de aprendizagem e à necessidade específica de uma comunidade, que se desentranha por meio da aproximação planejada e da reflexão contínua que vincula a práxis à teoria, propiciando uma ampla compreensão da disciplina.

Para facilitar a discussão sobre os diversos componentes associados a esta, a seguir será retomado o modelo dos quadrantes da aprendizagem-serviço, desenvolvidos pela Universidade de Stanford e adaptados por Tapia (2006).



Fonte: Tapia, 2006: 26.

Ilustração 1

Os quadrantes da aprendizagem-serviço

A partir deste quadro e em uma primeira aproximação, a aprendizagem-serviço poderia ser considerada como a intersecção entre dois tipos de experiências educativas que geralmente se desenvolvem de forma paralela ou desconexa:

Atividades acadêmicas realizadas com o objetivo de que os estudantes apliquem conhecimentos e metodologias de pesquisa em contextos reais em função de uma aprendizagem disciplinar determinada (trabalhos de campo ou «em terreno», estágios, «internships», etc.) e atividades solidárias protagonizadas por estudantes (campanhas solidárias com a própria comunidade ou com outras comunidades, iniciativas de cooperação, adoções à distância, alfabetização, apoio escolar, melhora do meio ambiente, e muitas outras), que frequentemente constituem instâncias de participação ativa de cidadania.

O eixo vertical do gráfico refere-se à menor ou maior qualidade do serviço solidário prestado à comunidade, e o eixo horizontal indica a menor ou

maior integração da aprendizagem sistemática ou disciplinar ao serviço desenvolvido.

O «menor» ou «maior» serviço oferecido pode estar associado a diversas variáveis, como o tempo destinado à atividade, ou o potencial do projeto para atender efetivamente uma demanda. Visitar um centro comunitário uma vez por ano não oferece a mesma qualidade de serviço que fazê-lo semanalmente e sustentar um espaço de apoio educativo que permita alcançar objetivos apresentados pela direção da comunidade e do processo de formação dos estudantes para garantir a sustentabilidade das propostas.

O eixo horizontal, por sua vez, refere-se à maior ou menor integração das aprendizagens acadêmicas formais com a atividade de serviço desenvolvida. Neste sentido, estas atividades podem explicitamente colocar em jogo os conteúdos de aprendizagem de uma disciplina, ou pode haver pouca ou nenhuma conexão entre o que está sendo estudado e a atividade de serviço, como ocorre com frequência nas diversas «campanhas solidárias» de arrecadação de dinheiro, alimentos ou roupa (Tapia, 2006: 26).

Em suma, os programas de aprendizagem-serviço na universidade podem dotar de maior significação social de grande parte dos conteúdos que o estudante aprende. Além disso, favorecem, nos contextos de aprendizagem correspondentes, situações e momentos de análise e compreensão hermenêutica da realidade em que os alunos vivem ou estudam, que são absolutamente necessários para que estes sejam capazes de construir, de forma adequada, pessoal e autônoma, sistemas de valores orientados a lutar, consolidar e aprofundar em prol de uma sociedade baseada na dignidade da pessoa e nos estilos de vida e valores próprios da democracia. Em última análise, podem permitir a aprendizagem prática para a vida em comunidade para a reflexão sobre a mesma (formação ética) e para a transformação e melhora das condições de vida da comunidade a partir dos conhecimentos e competências de cada profissão (Martínez, 2008).

2.1.4. *Emprendimento social*

As pessoas que são empreendedoras sociais desempenham um papel fundamental nas mudanças globais. Distinguem-se de líderes de outros setores da sociedade porque seu objetivo principal é provocar mudanças sistêmicas em grande escala e se empenham nisso durante longos períodos de tempo (Leviner, Crutchfield e Wells, 2007).

A iniciativa de trabalhar com um modelo de «emprendizagem» (resultante do jogo de palavras de «aprender a empreender») surgiu na equipe de pesquisa Innova, da Universidade de Deusto, Espanha, em 2005. Situava-se em um contexto em que, no final do século xx e início do século xxi, as orga-

nizações e empresas já desenvolviam sua atividade na sociedade do conhecimento. Nesse contexto, a gestação de um modelo de «empreendizagem» social tem como objetivo realizar uma contribuição significativa na geração de um perfil profissional que se integre de forma ativa e responsável nesse contexto e promova o empreendimento social.

O *Programa de Formação para Empreendedores Sociais baseado em Competências* (Villa 2010), da Universidade de Deusto, pretende realizar uma contribuição significativa na geração de um perfil profissional que integre e promova a geração de novas iniciativas empresariais de caráter social, por meio das seguintes ações:

- Despertar e fomentar o espírito do empreendedor social.
- Formar e auxiliar por meio de tutorias na universidade, e criar projetos de índole social.
- Constituir as bases de tais projetos de iniciativa para a criação de uma empresa social.

Este programa articula-se em torno a três eixos de formação e desenvolvimento: o pessoal, o social e o metodológico/instrumental, que compreendem nove competências genéricas selecionadas como chaves para o desenvolvimento do empreendimento social, além das competências específicas que devem cobrir as principais áreas de uma iniciativa empresarial: planejamento estratégico, planejamento financeiro, gestão operacional, gestão de recursos humanos, gestão de marketing.

São vários os passos a seguir quando se deseja fomentar uma cultura empreendedora com enfoque social, sobretudo nos momentos de instabilidade em que vivemos atualmente. Davis (2002) propõe seis como fundamentais:

1. Devemos mudar nossa forma de perceber a relação entre o trabalho e as pessoas ao longo da vida. Esta nova forma de conceber o trabalho terá implicações profundas nas políticas sociais e econômicas.
2. Devemos reorientar as políticas macroeconômicas neoliberais atualmente dominantes, passando da luta contra a inflação e o protecionismo dos investidores, à promoção do trabalho em condições dignas e o crescimento baseado no emprego intensivo e na sustentabilidade ambiental.
3. Devemos eliminar todas as barreiras que impeçam ou prejudiquem o empreendimento, sobretudo aquelas criadas ou sob o controle dos próprios governos.
4. Devemos garantir o acesso aos créditos e a outros recursos produtivos, sem prejudicar as pessoas em situação de pobreza. Estes são elementos fundamentais que promovem o empreendimento e a autoaplicação em todos os estratos sociais, incluindo mulheres e homens

de todas as idades. É necessária também a geração de novos serviços financeiros para o progresso dos setores comunitários.

5. Devemos promover, cultivar e valorizar o empreendimento social como profissão.
6. Por último, é necessário promover uma cultura do empreendimento entre a juventude. Para isso, devemos buscar novas maneiras de liberar o potencial de cada pessoa de inovar, criar, catalizar, saber mobilizar recursos, resolver problemas, beneficiar-se das oportunidades, mantendo, ao mesmo tempo, o sentido ético.

Capítulo 2

O modelo de inovação social universitária responsável

1. DEFINIÇÃO

Um modelo é uma descrição simplificada de uma realidade que trata de compreender, analisar e, se for o caso, modificar. Um modelo de referência para a organização e gestão (de uma empresa ou outra organização) permite estabelecer um enfoque e um marco de referência objetivo, rigoroso e estruturado para o diagnóstico da organização, assim como determinar as diretrizes de melhora contínua com as quais devem se orientar os esforços da organização. O modelo favorece a compreensão das dimensões mais relevantes de uma organização, além de estabelecer critérios de comparação com outras organizações e o intercâmbio de experiências.

A utilização de um modelo de referência tem como base o seguinte:

- Evita ter que criar indicadores, visto que estão definidos pelo modelo.
- Permite dispor de um marco conceitual completo.
- Proporciona alguns objetivos e padrões iguais para todos; em muitos casos, com contrastes significativos.
- Determina uma organização coerente com as atividades de melhorias.
- Possibilita medir com os mesmos critérios ao longo do tempo e, portanto, é fácil detectar se o avanço está sendo feito na direção adequada.

(Ministério da Educação, Cultura e Esportes, 2001)

O modelo apresentado neste trabalho conta com o marco conceitual teórico da Inovação Social Responsável e está centrado em uma competência organizacional que identifica ou da qual derivam seis dimensões ou áreas em

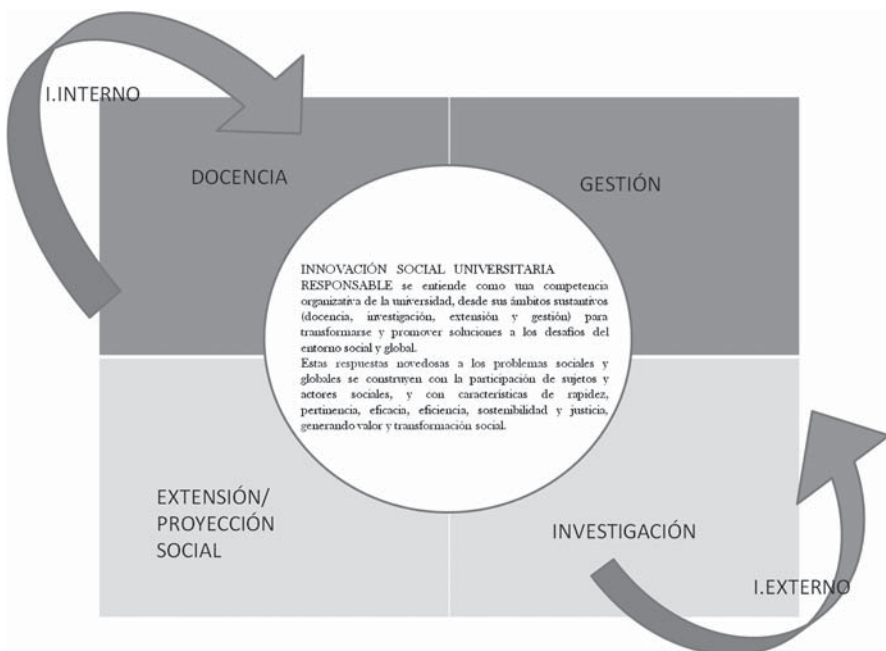
que é preciso incidir e que são fundamentais para a instauração e eficácia de tal competência organizacional.

Como foi abordado acima, quando se fala da inovação social, a maioria das pesquisas e publicações insistem que para falar de inovação devemos considerar o ecossistema que a torna possível: sistemas, processos e instituições (Fundación de la Innovación Bankinter, 2009).

De acordo com a Ilustração 2,

Entende-se por Inovação Social Universitária Responsável uma competência organizacional da universidade, desde seus âmbitos essenciais (docência, pesquisa, extensão e gestão) para transformar e promover soluções aos desafios do entorno social e global.

Estas respostas inovadoras aos problemas sociais e globais são formuladas com a participação de sujeitos e atores sociais, e com características de rapidez, pertinência, eficácia, eficiência, sustentabilidade e justiça, gerando valor e transformação social (Elaboração: Equipe Projeto Alfa).



Fonte: Elaboração Própria.

Ilustração 2

Os eixos associados à Inovação Social Universitária Responsável

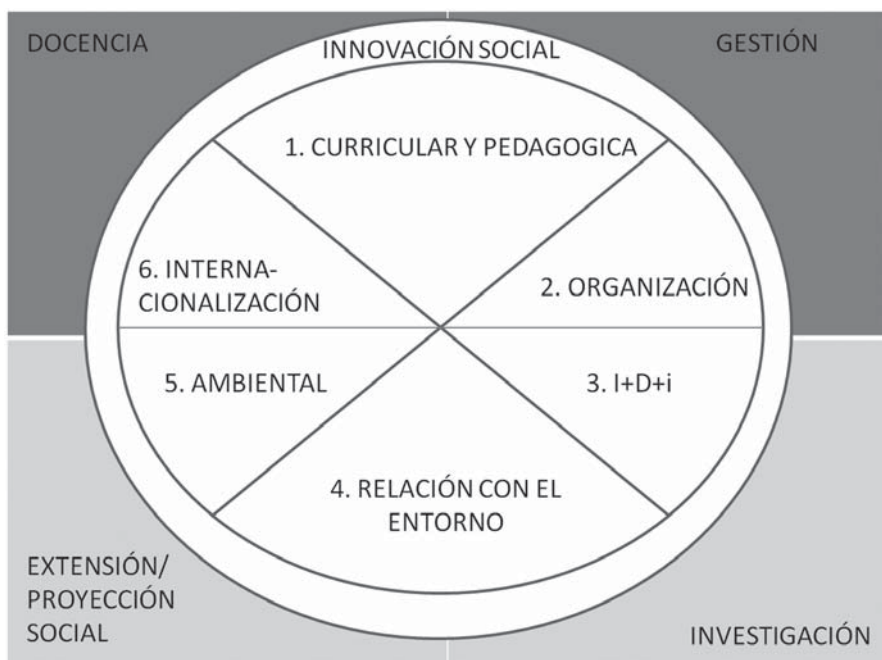
Sob essa perspectiva e a partir da definição da competência organizacional de inovação social universitária responsável, a universidade é concebida como uma organização que está invocada a inovar socialmente e, para isso, deve ter uma série de características, sendo a primordial e fundamental, a capacidade permanente de aprender. Uma organização em que as pessoas assimilam novos conhecimentos trabalhando em equipe e, por meio dessa aprendizagem, contribuem para o desenvolvimento coletivo, mediante a geração, verificação e difusão de novos conhecimentos a serem aplicados na solução dos problemas sociais mais relevantes. Este é o caso das universidades, que têm como tarefa a criação de novos conhecimentos e a formação dos profissionais da respectiva sociedade, contribuindo para sua transformação e a promoção de mais justiça e bem-estar.

Outras características são conferidas também a partir da definição da própria competência ISUR, em sintonia com a experiência de inovação social abordada nos documentos citados anteriormente, e que entendem que uma organização inova socialmente quando dá respostas inovadoras aos problemas sociais e globais com a participação de sujeitos e atores sociais, com rapidez, pertinência, eficácia, eficiência, sustentabilidade e justiça, gerando valor e transformação social.

Assim, a universidade deve ter uma boa gestão da qualidade, tanto organizacional como dos resultados de seu trabalho, de tal forma que tenha incorporado um ciclo permanente de diagnóstico, implementação e melhora de seus processos, políticas, práticas e resultados, abrangendo seus integrantes assim como todos os interessados e afetados por seu trabalho. Por último, a universidade responderá às características da transparência, associatividade e autonomia (UNESCO, 2009).

Em suma, a proposta do modelo de Inovação Social Universitária Responsável, ISUR, introduz ao conceito da responsabilidade social das universidades (conceito que há mais de dez anos projeta a universidade em direção à realidade das sociedades que a integram em sintonia com sua missão social tradicional) sua orientação e foco na inovação social, possibilitando e dando sentido a tal responsabilidade social. Ou seja, este modelo ISUR considera que somente é possível responder à responsabilidade social que compete às universidades contanto que estas se orientem e reorganizem em todas as suas funções essenciais (docência, pesquisa, gestão e vínculo com o meio ou extensão social) para inovar socialmente.

Além disso, conforme a Ilustração 3, é preciso não só analisar as quatro funções fundamentais universitárias, mas também aprofundar-se nas distintas dimensões desenvolvidas dentro de cada instituição universitária: a dimensão curricular e pedagógica; a dimensão organizacional; a dimensão de pesquisa, desenvolvimento e inovação; a dimensão de relação com o entorno; a dimensão ambiental e, por último, mas não de menor importância, a dimensão de internacionalização. Dessa forma, é possível observar os avanços e as dificul-



Fonte: Elaboração Própria.

Ilustração 3

Dimensões da Inovação Social Universitária Responsável

dades encontradas na hora de institucionalizar a inovação social responsável em cada universidade, bem como seus impactos, tanto no âmbito interno, como em sua relação com a comunidade, seu âmbito externo.

2. AS DIMENSÕES

Todos esses modelos aplicados às universidades abordam não apenas definições, mas também dimensões. Estas são concebidas como áreas específicas institucionais identificadas na organização, que ajudam a vislumbrar e concretizar a Inovação Social Universitária Responsável.

Em cada um dos modelos de avaliação este enfoque holístico é identificado com as dimensões que abrangem tais aprendizagens organizacionais ao longo desses anos. Cabe ressaltar a participação ativa e o desenvolvimento da comunidade; o respeito e a promoção dos direitos humanos, laborais e am-

bientais; a governança e transparência da organização e o trabalho articulado com as contrapartes ou *stakeholders*.

As dimensões apresentadas neste Modelo de Inovação Social Universitária Responsável, ISUR, desde a particularidade da universidade, refletem este enfoque holístico que concebemos, reiteramos, a universidade como uma organização que afeta, impacta e está invocada a responder e cumprir sua missão social de mudança e transformação no conjunto de toda a sociedade:

1. Dimensão curricular e pedagógica.
2. Dimensão organizacional.
3. Dimensão de pesquisa, desenvolvimento e inovação.
4. Dimensão de relação com o entorno.
5. Dimensão ambiental.
6. Dimensão de internacionalização.

Seguindo esta linha, este modelo pretende dar espaço e abordar a principal relação decorrente das experiências de inovação social com os atores sociais. Conforme discutido neste documento, as principais fontes da inovação são as organizações da comunidade: o Estado, as organizações não governamentais e as organizações comunitárias. Sua participação é fundamental, também no trabalho inovador das universidades, como ator externo. Porém, devemos, principalmente a partir deste modelo, incorporar e trabalhar com os principais sujeitos da inovação social: as pessoas que além de vivenciar as frustrações e privações próprias da existência humana, enfrentam diversos tipos de dificuldades para satisfazer suas necessidades básicas, e padecem de uma exclusão estrutural, com falta de oportunidades e dificuldades para exercer seus direitos.

A seguir são apresentadas as definições das dimensões consideradas neste modelo e, em alguns casos, seus componentes. Os indicadores de cada componente são mostrados na descrição do instrumento propriamente dito.

2.1. Dimensão curricular e pedagógica

A dimensão curricular e pedagógica faz referência a uma proposta de formação pertinente e de qualidade acadêmica e social, que se enquadra no projeto educativo institucional, que promove uma formação integral, profissional e de cidadania (*ser, saber, saber fazer e saber conviver*). Isto é realizado por meio da integração do enfoque da aprendizagem-serviço, da promoção do empreendimento social e do enriquecimento dos ambientes de aprendizagem. Assim, contribui para a formação de professores e alunos, com um claro compromisso com a melhora da qualidade de vida dos diferentes grupos sociais.

Concentra-se na promoção dos processos de formação, de pesquisa e serviço ou extensão interdisciplinares, a partir da análise crítica de problemas

sociais locais, nacionais e internacionais. O objetivo é o desenvolvimento de propostas que consigam evidenciar a continuidade (articulação e diálogo) do-cência-pesquisa-extensão.

Os componentes analisados são: Formação do corpo discente; desenvolvimento profissional para o pessoal universitário e resposta educativa com igualdade atendendo a diversidade.

2.2. **Dimensão organizacional**

Dimensão que se refere à gestão e transformação da instituição, a partir da missão, visão, políticas, estratégias, planos, programas, estrutura organizacional, processos e impactos. Estes se desenvolvem e se aplicam, para seu adequado funcionamento e a convivência cotidiana, a partir de uma cultura organizacional que facilita a inovação social responsável.

A partir de uma visão integradora, aprende e se administra por si, mediante ciclos que lhe permitem incluir práticas, sistemas de informação, espaços de reflexão, diálogo e interpretação para a elaboração de processos de institucionalização da inovação social responsável.

A partir de suas funções essenciais, administra os impactos por meio do acompanhamento, sistematização e apoio a processos de desenvolvimento e transformação social, gerando propostas de solução pertinentes aos problemas da sociedade em participação e diálogo com os diferentes atores da inovação social responsável.

Seus componentes são: planejamento, gestão e avaliação institucional; estrutura organizacional e cultura organizacional.

2.3. **Dimensão de pesquisa, desenvolvimento e inovação**

Esta dimensão transversal descreve a implementação e contribuições da pesquisa e do desenvolvimento para a inovação social e a melhora dos processos e soluções para os grandes problemas vinculados ao desenvolvimento da sociedade em que a universidade está imersa. Esta implementação, mesmo quando corresponda mais diretamente ao seu encaminhamento à(s) unidade(s) encarregada(s) da pesquisa nas universidades, é também responsabilidade da docência (de graduação e pós-graduação), da gestão universitária e do vínculo com o meio ou extensão.

Por Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI) entende-se a aplicação feita pelas universidades para solucionar os problemas sociais, de novos conhecimentos, de novas sínteses do conhecimento, assim como da gestão do conhecimento.

Os componentes são: políticas institucionais de pesquisa em inovação social; comunidade de pesquisa e redes de produção de conhecimento; gestão, transferência e difusão do conhecimento; promoção da pesquisa em questões prioritárias.

2.4. Dimensão de relação com o entorno

A dimensão de relação com o entorno faz referência ao vínculo que a universidade, a partir de suas funções essenciais, estabelece com o resto da sociedade por meio das instituições (culturais, sociais, econômicas, educativas) e comunidades. Esta relação é estabelecida a partir de uma consideração de igualdade para compartilhar objetivos e metas em projetos comuns, que promovam a compreensão, reflexão e solução de desafios do entorno local, nacional e internacional.

A universidade, como promotora do conhecimento acadêmico e da formação do capital humano de uma região, articula a produção intelectual com conhecimentos populares e temas de impacto público, a fim de alcançar uma repercussão nos âmbitos político, econômico, ambiental e cultural.

Os componentes são: relação com a sociedade, projetos, contribuição ao desenvolvimento do país; trabalhos em rede, tanto na relação com a comunidade e com diferentes grupos de interesse; repercussão em políticas públicas; geração de conhecimento acadêmico e popular.

2.5. Dimensão ambiental

A dimensão ambiental da ISUR é definida como a capacidade da universidade de assumir o papel que lhe corresponde no sistema socioambiental, ao contemplar, dentro de suas políticas de formação e gestão, a visão de desenvolvimento sustentável.

A partir de suas funções essenciais, incorpora a comunidade universitária mediante práticas e processos de inovação social responsável, ao aprender com experiências-modelo de cultura ambiental; processos de formação, diálogo e avaliação; produção intelectual; modelos de pesquisa, propiciando competências humanas e profissionais para a inovação social responsável a partir de um desenvolvimento tecnológico e humano sustentável.

Sua característica primordial é a sustentabilidade por meio de um sistema de avaliação que permita a adaptação gradual e permanente da inovação social responsável em seus processos.

Seus componentes são: cultura ambiental; políticas e sistemas de gestão ambiental; formação na área ambiental; pesquisa na área ambiental e ação em relação ao meio ambiente.

2.6. Dimensão de internacionalização

A internacionalização do ensino superior refere-se a um processo institucional de *ultrapassar fronteiras*. É um processo dinâmico que tem como estratégia a integração da dimensão internacional e intercultural na missão, práticas culturais, planos de desenvolvimento, planos de estudo e políticas gerais das universidades.

A internacionalização pode ser considerada como a resposta proativa das universidades perante os desafios da globalização, por meio da qual respeita-se a individualidade e as características de cada nação. Em nível universitário, constitui uma visão institucional que promove a inovação social por meio de uma postura ativa e propositiva ante o entorno global, nacional, regional e local. Esta visão favorece as políticas, os planos e o trabalho universitário que fomentem a perspectiva global e internacional na aprendizagem, na pesquisa, na administração e no desenvolvimento de experiências em colaboração com outras instituições e setores locais, regionais e internacionais.

Finalmente, observa-se a dimensão internacional das universidades, com um enfoque que privilegie a identidade própria, que respeite a diversidade, interculturalidade e a transculturalidade. Que, além disso, favoreça a cooperação, de forma a impactar tanto o âmbito interno das instituições de ensino superior como o externo, ou seja, no contexto nacional, regional e mundial com o qual interatuam.

Os componentes são: políticas de promoção da internacionalização; projetos internacionais de pesquisa; trabalho com enfoque social em redes internacionais; mobilidade acadêmica internacional e programas de formação conjunta (graduação e pós-graduação).

Capítulo 3

Estudo piloto

1. METODOLOGIA

1.1. **Elaboração e breve descrição do instrumento**

O processo de elaboração dos protocolos de registro de informação passou por distintas fases. A versão preliminar foi elaborada como fruto da análise documental de distintos modelos e instrumentos de avaliação desenvolvidos e utilizados por 16 universidades e instituições públicas em nível internacional, tanto de países como Austrália, EUA, Índia, Reino Unido e África do Sul, como da região da América Latina (López, 2012; Villa e López, 2012). Tais modelos avaliam distintos aspectos do desenvolvimento da inovação, responsabilidade e serviço social das instituições universitárias. Na análise documental, foram considerados seis fatores: os conceitos avaliados âmbitos avaliados, externo e/ou interno; as dimensões e indicadores usados para a avaliação; tipo de informação registrada; e o processo pelo qual se realiza a avaliação.

Como resultado da revisão e análises documental, elaborou-se a versão preliminar do Modelo de Avaliação sobre Inovação Social Universitária Responsável (ISUR), que passou por um processo de revisão e modificação com a participação de distintos representantes das 16 universidades participantes do Projeto Alfa.

Graças a esse trabalho conjunto, foi possível:

- definir os conceitos sobre inovação social universitária responsável (ISUR), apresentados nos capítulos 2 e 3 deste relatório;
- determinar as dimensões a serem analisadas, descritas no capítulo anterior;
- selecionar e revisar os indicadores a serem analisados;
- decidir fazer o registro das informações de caráter quantitativo e qualitativo, com base nos registros com os quais contaram as universidades participantes;

—optar por um modelo de avaliação que levasse em consideração tanto a análise dos fatores internos, própria de qualquer instituição de ensino superior, como dos fatores externos, o impacto e os resultados que as ações realizadas têm na comunidade. Esta última entendida desde o âmbito mais local até o internacional.

O resultado final foi a elaboração de 5 protocolos temáticos, em que se abordaram aspectos relacionados a distintas dimensões, que podem ser consultadas nos Anexos. Cada um dos protocolos aprofunda-se em uma dimensão em particular e também em alguns fatores relativos à Dimensão 5. Ambiental, e à Dimensão 6. Internacionalização. Levou-se em consideração a qual responsável da universidade cada protocolo era dirigido, considerando o tipo de informação com que tal pessoa lidava e, portanto, decidiu-se pela elaboração de 5 protocolos para abordar as 6 dimensões do estudo. Dessa forma, os protocolos abordaram os seguintes fatores:

Tabela 1

Dimensões e fatores abordados em cada protocolo

Protocolo	Dimensões	Fatores
Protocolo 1	D1. Curricular e pedagógica	I. Formação do corpo discente. II. Desenvolvimento profissional para o pessoal universitário. III. Resposta educativa com igualdade, atendendo a diversidade.
	D5. Ambiental	III. Formação na área do meio ambiente.
	D6. Internacionalização	IV. Programas de formação conjunta.
Protocolo 2	D2. Organizacional	I. Planejamento, gestão e avaliação institucional. II. Estrutura organizacional. III. Cultura organizacional.
	D5. Ambiental	I. Cultura ambiental. II. Políticas e sistemas de gestão ambiental.
	D6. Internacionalização	I. Políticas de promoção da internacionalização.
Protocolo 3	D3. Pesquisa, desenvolvimento e inovação (PDI)	I. Políticas institucionais de pesquisa. II. Comunidade de pesquisa e redes de produção de conhecimento. III. Gestão, transparência e difusão de conhecimento. IV. Promoção da pesquisa em questões prioritárias.
	D5. Ambiental	IV. Pesquisa na área ambiental.
	D6. Internacionalização	II.A. Projetos internacionais de pesquisa.

Protocolo	Dimensões	Fatores
Protocolo 4	D4. Relação com o entorno	I. Relação com a sociedade, projetos, contribuição para o desenvolvimento do país. II. Trabalhos em rede. III. Repercussão em políticas públicas. IV. Conhecimento acadêmico popular.
	D5. Ambiental	V. Ação em relação ao meio ambiente.
Protocolo 5	D6. Internacionalização	II. Trabalho de enfoque social em redes internacionais. III. Mobilidade acadêmica internacional.

Fonte: Elaboração própria.

Esses fatores foram abordados em cada um dos protocolos por meio de perguntas que permitiram conhecer o desenvolvimento da inovação social no âmbito interno institucional, assim como seu impacto na comunidade. Para isso, utilizaram-se distintos formatos de perguntas às quais era possível dar distintos tipos de resposta:

- Perguntas fechadas com uma única resposta: em tais perguntas, é possível selecionar uma das seguintes alternativas: «Sim», «Não» ou «Não há evidências».
- Perguntas fechadas com múltiplas respostas: perguntas em que é possível escolher todas as respostas que correspondam dentro de um leque de opções, que inclui «Não há evidências». Nestas perguntas está incluída a opção «Outros», no caso em que a escolha da resposta exija informar quais. Seguem abaixo alguns exemplos deste tipo de respostas: grupos beneficiados, setores das instituições e organizações implicadas, âmbitos da inovação e compromisso social trabalhados, características da aprendizagem-serviço, etc.
- Perguntas abertas para incluir evidências: a cada uma das perguntas com respostas fechadas é incluída uma pergunta aberta, em que são solicitadas evidências que confirmem as respostas fornecidas. Além disso, os anexos de cada protocolo incluem exemplos do tipo de evidências que poderiam ser úteis para responder a cada um dos fatores, tanto internos como externos.
- Outras perguntas abertas: incluem perguntas relativas aos departamentos ou unidades responsáveis pela questão; % do orçamento dedicado a um determinado aspecto e os países com os quais se estabeleceram programas e/ou ações.

A seguir, é apresentado um exemplo dos tipos de perguntas que aparecem nos protocolos:

Tabela 2

Ilustração dos tipos de perguntas e respostas dos protocolos.
Protocolo 1, D1. Curricular e pedagógica, fatores internos,
perguntas I.A.1 e I.A.2

A.1. Dentro dos programas de formação de sua universidade se fomenta o DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS ou RESULTADOS DE APRENDIZAGEM de reflexão e análise crítica relativos à inovação e o compromisso social ao longo da formação?		A.2. Em que ÂMBITOS sobre a realidade e o compromisso social é colocada a ênfase em seus programas?	
MARQUE COM UM CÍRCULO O NÚMERO QUE CORRESPONDA (Indique UMA única opção)		MARQUE COM UM CÍRCULO O NÚMERO QUE CORRESPONDA (Indique TODAS as que correspondam)	
SIM	1	Educação em valores, cidadania	1
NÃO	2	Desenvolvimento do pensamento reflexivo e crítico	2
Não há evidências para responder	0	Desenvolvimento ecológico sustentável	3
Se houver, <i>indique e inclua</i> evidências, cifras e/ou exemplos. (Dirija-se ao ANEXO I.A.IN. com exemplos de evidências)		Desenvolvimento social sustentável	4
		Melhorar as condições de trabalho, promover empregos	5
		Justiça e igualdade social	6
		Inclusão social: presença e participação (cultura, etnia, gênero, imigração, incapacidade, pobreza, religião...)	7
		Melhora dos serviços sociais e sanitários	8
		Lazer	9
		Outros: indique quais...	0
		Não há evidências para responder	0
		Se houver, <i>indique e inclua</i> evidências, cifras e/ou exemplos. (Indique o número do item a que se refere cada evidência) (Dirija-se ao ANEXO I.A.IN. com exemplos de evidências sobre esta pergunta)	

Contou-se com a participação das 16 universidades do Projeto Alfa para realizar um estudo piloto dos protocolos elaborados. Este estudo piloto serviu, em primeiro lugar, para obter indicações sobre as dimensões, fatores, indicadores e/ou perguntas a serem modificadas ou eliminadas. Além disso, a análise apresentada a seguir é de grande relevância, uma vez que serviu para ter uma visão panorâmica preliminar sobre como tais universidades têm avançado com respeito à inovação social universitária responsável e o caminho que ainda têm a percorrer.

1.2. Coleta de dados em cada universidade

Finalizada a fase de elaboração dos protocolos, passou-se à realização do estudo piloto. Para isso, contou-se com a inestimável colaboração de cada uma das 16 universidades participantes do Projeto Alfa. Durante dois meses, foram selecionados, entre seus membros, os representantes da instituição que pudessem responder melhor a cada um dos protocolos. Além de responder ao protocolo, dedicaram um tempo considerável para resgatar a informação registrada, por meio de documentos, relatórios, avaliações, pesquisas, publicações, Internet, etc. que servissem como evidências para as respostas fornecidas no protocolo.

A seguir, a equipe INNOVA da Universidade de Deusto passou a compilar os protocolos respondidos e a analisar as informações. Devido ao curto período de tempo para responder aos protocolos e à dificuldade, em alguns casos, para entrar em contato com as pessoas que responderam aos protocolos, algumas universidades não puderam completar todos os protocolos. Portanto, a tabela a seguir apresenta o número de instituições universitárias que deram informações sobre cada uma das dimensões.

Tabela 3

Número de universidades que responderam a cada uma das dimensões

DIMENSÕES	N.º de universidades que responderam
Dimensão 1: Curricular e pedagógica	15
Dimensão 2: Organizacional	15
Dimensão 3: Pesquisa, desenvolvimento e inovação, PDI	15
Dimensão 4: Relação com o entorno	12
Dimensão 5: Ambiental	16
Dimensão 6: Internacionalização	15

Foram grandes os desafios enfrentados por muitos dos membros representantes das universidades participantes do Projeto Alfa na hora de completar os protocolos. Observou-se, sobretudo, uma grande dificuldade para entrar em contato com as pessoas que responderam e deram informações relevantes. Foi preciso contatar pessoas com alto grau de responsabilidade no âmbito universitário. Além disso, em alguns casos, mais de uma pessoa respondeu às perguntas dos protocolos. Nos casos em que foi possível contar com pessoas com altos cargos nas universidades, embora o processo de coleta de dados tenha sido demorado, isso permitiu contar com informações mais significativas e atualizadas com respeito aos passos dados pela universidade. Isso deve ser considerado na hora de adotar um modelo de avaliação ISUR em que participem os membros da comunidade universitária.

Como foi explicado anteriormente, a intenção deste projeto é ser um estudo piloto dos protocolos elaborados, e do modelo de ISUR proposto. Devido ao número de instituições que responderam a cada dimensão, deve-se reconhecer que os dados analisados não podem ser considerados como significativos nem generalizáveis. Não obstante, cabe destacar que foi possível compilar uma grande quantidade de informações de distintos países, tanto da América Latina como da Europa.

Na análise apresentada a seguir, apesar da diversidade de países, observam-se tendências comuns, tanto nas ações implementadas, como na ausência de evidências registradas referentes a alguns aspectos. Por isso, é necessário constatar que este estudo piloto permite vislumbrar as pautas de ação das universidades no que se refere à ISUR, e dar indicações sobre o trabalho a ser desenvolvido, tanto em relação à institucionalização da ISUR em centros de ensino superior, como sobre o modelo de avaliação sobre ISUR a ser adotado.

2. ANÁLISE QUANTITATIVA, DIMENSÕES INTERNAS E EXTERNAS DA ISUR

Ao longo deste capítulo, será apresentada a análise quantitativa das respostas fornecidas. Isto nos permitirá contar com um registro dos âmbitos em que as universidades tenham desenvolvido ações relativas à ISUR e também sobre os resultados e o impacto que tais ações tiveram na comunidade, nas instituições e organizações de setores distintos, e em grupos distintos. Além disso, também tenta-se dar luz no que diz respeito aos âmbitos em que se observou que as universidades carecem de registro de informações, e não contam com dados para poder evidenciar suas respostas. Por último, serão mencionadas as perguntas que puderam ser reiterativas, e que não fornecem mais informação àquela compilada em outros itens.

A seguir, é apresentada a análise quantitativa e uma breve descrição qualitativa das respostas fornecidas pelas universidades. Além disso, cada universidade contribuiu com evidências que confirmavam as respostas fornecidas.

Dado o grande volume de documentação compilada, foi elaborado um documento com fichas de resumo da documentação mais relevante fornecida pelas universidades. Não obstante, tal informação, devido à sua amplitude, não foi incluída neste relatório.

2.1. Análise da Dimensão 1. Curricular e pedagógica

2.1.1. Fatores internos

Em primeiro lugar, são apresentados os itens de respostas simples. Na Tabela 4 é possível observar quais são os aspectos mais desenvolvidos nas 15 universidades que responderam a esta dimensão, ordenadas segundo a porcentagem de respostas afirmativas.

Tabela 4
Respostas simples dos fatores internos da Dimensão 1.
Curricular e pedagógica

D1. In. respostas simples	AVALIAÇÃO				N.º casos
	Sem evidências	Sim	Não	Nc	
I.A.1_Programa acadêmico-profissional: Formação e desenvolvimento de competências relacionadas à inovação e ao compromisso social.	6,7%	93,3%	—	—	15
I.B.1_Programas de Aprendizagem-serviço	6,7%	73,3%	20,0%	—	15
III.C.1_Fomento da participação com igualdade.	13,3%	60,0%	13,3%	13,3%	15
III.B.1_Resposta educativa à diversidade do corpo discente.	73,3%	20,0%	—	6,7%	15
I.C.1_Experiência vivencial. Participação direta de estudantes em experiências vinculadas à realidade social.	80,0%	13,3%	—	6,7%	15
III.A.1_Igualdade no ingresso.	80,0%	13,3%	—	6,7%	15

O aspecto em que a maioria das universidades concorda é no trabalho realizado com respeito ao item *I.A.1*, em que no programa acadêmico e profissional já se implementou uma formação e um desenvolvimento de competências relativas à inovação e ao compromisso social (93,3%).

No segundo nível, encontramos um número elevado de universidades que consideram ter dado passos com respeito ao desenvolvimento de Programas de Aprendizagem-Serviço (73,3%). Em menor medida, 60% das universidades manifestam fomentar a participação com igualdade.

É importante destacar os dados em que não existem evidências, sobretudo com respeito a *I.C.1. Experiência vivencial*, participação direta de estudantes em experiências vinculadas à realidade social (80%); *III.A.1. Igualdade no ingresso* (80%); e *III.B.1. Resposta educativa à diversidade do corpo discente* (73,3%).

Com respeito às múltiplas respostas referentes aos âmbitos sobre a realidade e o compromisso social, no Gráfico 1 observa-se que tanto no que se refere aos programas acadêmico-profissionais (*I.A.2*), como nos de experiência vivencial (*I.C.2*), nos programas de formação continuada do pessoal universitário, os âmbitos mais mencionados são: a educação em valores; o desenvolvimento do pensamento reflexivo e crítico; a inclusão social; e a justiça e igualdade social, cujas porcentagens variam entre 19,5% e 12,2%.

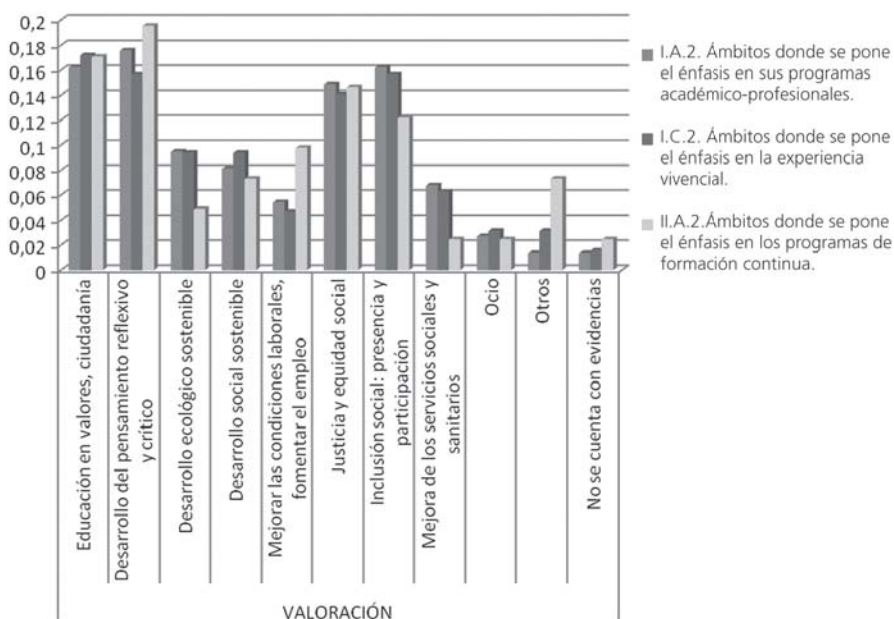


Gráfico 1

Porcentagem de múltiplas respostas referentes aos âmbitos sobre a realidade e o compromisso social da Dimensão 1

Tabela 5
Múltiplas respostas referentes às características dos programas de Aprendizagem-serviço, Dimensão 1

D1. IN. RESPOSTAS MÚLTIPLES, APRENDIZAJE SERVICIO	VALORACIÓN						N.º respuestas	Casos perdidos	N.º casos
	Se integran en el currículo académico del alumnado	Se guían por y responden a las necesidades de la comunidad	Se planifican para que el alumnado cuente con tiempo dedicado a reflexionar sobre la experiencia vivida durante la práctica	Se coordinan junto con la organización, empresa o institución de la comunidad donde va a estar implicado el alumnado	Ayudan a promover la responsabilidad ciudadana	No se cuenta con evidencias			
I.B.2. Características que cumplen los programas de Aprendizaje Servicio.	20,4%	18,4%	20,4%	20,4%	18,4%	2,0%	49	4	15

Como pode ser observado na Tabela 5, no caso das características que descrevem os programas de aprendizagem-serviço (*I.B.2*) verifica-se que todas as características apresentadas como opções têm uma percentagem de resposta semelhante, que oscila entre 20,4% e 18,4%. Estas características são: a integração no currículo académico; tempo planejado para que o corpo discente reflita sobre a experiência; coordenação junto à contraparte; atendimento às necessidades da comunidade e promoção da responsabilidade de cidadania.

Com respeito a qual grupo do pessoal universitário recebe programas de desenvolvimento profissional e formação continuada relacionada à inovação social responsável (*II.A.1*), observa-se na Tabela 6 que os docentes (40,6%) são os que têm mais acesso a tal formação; seguidos pelos pesquisadores (34,4%); e, em terceiro lugar, por outro tipo de pessoal (25%), entre os quais são mencionados funcionários públicos, funções administrativas e cargos de gestão da universidade.

Tabela 6

Múltiplas respostas referentes aos grupos do pessoal universitário a que se dirigem, Dimensão 1

	AVALIAÇÃO			N.º respostas	Casos perdidos	N.º casos
	Docentes	Profissional pesquisador	Outros			
II.A.1. Pessoal a que se dirigem os programas de desenvolvimento profissional permanente e de educação continuada	40,6%	34,4%	25,0%	32	2	15

2.1.2. Fatores externos

Analisando as respostas simples sobre os fatores externos da Dimensão 1, observa-se na Tabela 7 que aproximadamente metade das 15 universidades consideram que seus programas de formação de estudantes (*I.A.1*) têm um impacto na realidade social (53,3%); que os programas de ISUR atendem a diversidade de forma equitativa (46,7%); e que são percebidos os benefícios da participação de estudantes em estágios (40%).

Não obstante, cabe destacar que a percentagem de universidades que responderam não contar com evidências que demonstrem estes impactos é elevada, entre 20% e 26,7%. Também pode-se considerar alto o número de universidades que não respondem a estas perguntas, em torno

de 20 e 25%, em três dos quatro itens. Isto demonstra que é escassa a informação registrada pelas universidades na hora de avaliar os impactos externos de suas ações universitárias em relação à dimensão curricular e pedagógica.

Tabela 7

Respostas simples dos fatores externos da Dimensão 1.
Curricular e pedagógica

D1. EX. RESPOSTAS SIMPLES	AVALIAÇÃO				N.º Casos
	Sem evidências	Sim	Não	Nc	
I.A.1. Impacto dos programas de formação de estudantes na realidade social.	20,0%	53,3%	13,3%	13,3%	15
III.C.1. Atenção à diversidade com igualdade em programas de ISUR	20,0%	46,7%	13,3%	20,0%	15
I.B.1. Benefícios da participação de estudantes em estágios	20,0%	40,0%	13,3%	26,7%	15
II.A.1. Impactos de programas de desenvolvimento profissional permanente	26,7%	33,3%	13,3%	26,7%	15

Como pode ser observado na Tabela 8, são as organizações da comunidade, quase 50%, as que experimentam os impactos causados pelo desenvolvimento dos programas acadêmico-profissionais ministrados nas universidades (*I.A.2*), seguido pelo setor privado e empresarial, com 31,8%. As organizações da comunidade também têm a porcentagem maior em relação aos impactos percebidos pela atenção à diversidade com igualdade desenvolvida pela universidade (30,8%). A seguir, o setor público é aquele em que mais se nota o impacto relacionado aos programas de desenvolvimento profissional (30,8%). No caso dos setores em que as universidades sentem que obtêm benefícios da participação de estudantes em estágios, tanto as instituições do setor público como as organizações da comunidade apresentam a mesma porcentagem (30%).

De qualquer forma, é importante destacar que o número de respostas fornecidas para alguns desses itens é muito baixo. Por exemplo, o item *I.B.2*, referente à participação dos alunos em estágios, recebe respostas de apenas 5 universidades. Também, em dois itens é elevada a porcentagem de universidades que dizem não contar com evidências registradas. No caso do item *III.C.2*, referente aos impactos relativos à atenção à diversidade com igualdade dentro da universidade, a porcentagem chega a 30,8%.

Tabela 8
Múltiplas respostas, setores externos à universidade onde se percebem impactos, Dimensão 1

D1. EX. MÚLTIPLAS RESPONSTAS. SETORES EM QUE SE PERCEBEM IMPACTOS	AVALIAÇÃO						N.º respostas	Casos perdidos	N.º Casos
	Setor público	Setor privado e empresarial	Organizações da comunidade	Outros	Sem evidências				
I.A.2. SETORES em que se percebem impactos dos programas académico-profissionais	27,3%	31,8%	40,9%	—	—	22	5	10	
I.B.2. SETORES em que se percebem benefícios da participação de estudantes em estágios	30,0%	20,0%	30,0%	10,0%	10,0%	10	10	5	
II.A.2.SETORES em que se percebem impactos dos programas de desenvolvimento profissional	30,8%	23,1%	23,1%	—	23,1%	13	8	7	
III.C.2.SETORES em que se percebem impactos da atenção à diversidade com igualdade	23,1%	15,4%	30,8%	—	30,8%	13	8	7	

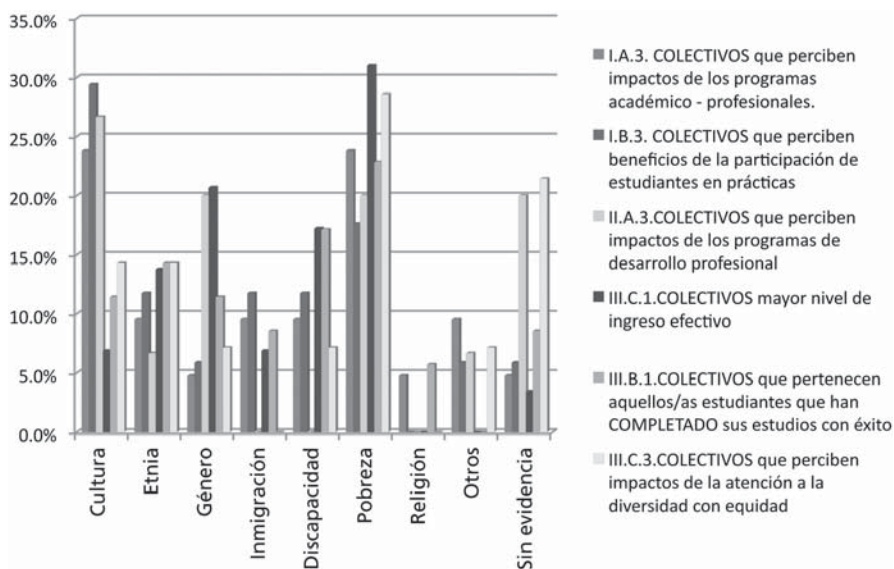


Gráfico 2

Porcentagem de múltiplas respostas referentes aos grupos externos à universidade que percebem impactos, Dimensão 1

Ao analisar no Gráfico 2, os grupos que foram beneficiados pelas ações que, com respeito à dimensão curricular e pedagógica, foram implementadas pelas universidades, destacam-se as populações pobres, oscilando entre 31% e 17,6%; e os grupos pertencentes a distintas culturas, com porcentagens altas, entre 29% e 26%, para alguns itens. Por sua vez, cabe destacar uma porcentagem elevada (20%) no que se refere à percepção de que as mulheres foram beneficiadas pela implementação de programas de desenvolvimento profissional (II.A.3) e por terem experimentado um maior nível de ingresso efetivo em cursos universitários (III.C.1). De acordo com aproximadamente 17% das respostas das universidades, também considera-se que o grupo de pessoas com incapacidade foi beneficiado por um maior nível de ingresso efetivo e por concluir seus estudos universitários com êxito.

É preciso mencionar que neste caso também houve alguns itens que obtiveram poucas respostas por parte das universidades. Em dois casos apenas 6, menos da metade das universidades que responderam a esta dimensão. Deve-se destacar também a elevada porcentagem, aproximadamente 20%, que manifestaram não contar com evidências para responder aos itens referentes aos grupos beneficiados pela promoção de programas de desenvolvimento profissional do pessoal universitário (II.A.3); e dos que percebem impactos referentes à atenção à diversidade com igualdade (III.C.3).

Tabela 9

Respostas simples referentes ao fator interno I. Planejamento, gestão e avaliação institucional da Dimensão 2

	AVALIAÇÃO				N.º Casos
	Sem evidências	Sim	Não	Nc	
D2. IN. RESPOSTAS SIMPLES. I. Planejamento, gestão e avaliação institucional					
I.B.1_ O plano estratégico institucional incorpora a inovação social responsável nos OBJETIVOS e METAS.	—	93,3%	—	6,7%	15
I.A.1_ As políticas institucionais orientam e incentivam a incorporação da inovação social responsável (ISR) desde suas FUNÇÕES ESSENCIAIS.	6,7%	86,7%	—	6,7%	15
I.A.2_ Existem políticas que garantem a ACESSIBILIDADE aos recursos, serviços e infraestruturas universitárias para a comunidade.	6,7%	80,0%	6,7%	6,7%	15
I.B.2_ O plano estratégico é elaborado com espaços de PARTICIPAÇÃO e REFLEXÃO da comunidade universitária.	—	73,3%	13,3%	13,3%	15
I.E.1_ Foi atribuída uma percentagem% do ORÇAMENTO INTERNO a programas, projetos e ações de inovação social responsável	33,3%	40,0%	20,0%	6,7%	15
I.B.4_ As boas práticas de inovação social responsável que propiciam a transformação do PARADIGMA DE GESTÃO universitária rumo à ISUR são coletadas e analisadas.	20,0%	33,3%	33,3%	13,3%	15
I.D.3_ Foram estabelecidos procedimentos de avaliação dos PESQUISADORES com orientação à inovação social responsável.	6,7%	26,7%	60,0%	6,7%	15
I.D.2_ Foi estabelecido um sistema de RETROALIMENTAÇÃO da avaliação universitária relativo à ISUR para a melhoria da ação na universidade	13,3%	20,0%	53,3%	13,3%	15
I.D.4_ Foram estabelecidos procedimentos de CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA UNIVERSITÁRIA em relação à sua resposta à inovação social responsável	13,3%	20,0%	60,0%	6,7%	15

2.2. Análise da Dimensão 2. Organizacional

2.2.1. Fatores internos

A seguir, na Tabela 9, inicia-se com a análise das respostas simples do fator interno *I.* referente ao *planejamento*, à *gestão* e à *avaliação institucional*. Cabe destacar que os aspectos mais contemplados pelas universidades têm a ver com o fato de que a ISUR está incorporada nos objetivos e metas (*I.B.1*) do plano estratégico (93,3%); das funções essenciais (*I.A.1*), as políticas institucionais incentivam a ISUR (86,7%); foram estabelecidas políticas que garantem o acesso (*I.A.2*) aos recursos, serviços e infraestruturas para a comunidade (80%); e que o plano estratégico é elaborado com espaços de participação e reflexão da comunidade universitária (73,3%).

Entre os aspectos que as universidades participantes manifestam não haver desenvolvido, foi relatado que apenas 20% estabeleceram procedimentos de classificação da pesquisa com relação à ISUR (*I.D.4*); a mesma porcentagem que manifesta ter estabelecido um sistema de retroalimentação da avaliação universitária da ISUR (*I.D.2*); apenas 26,7% afirmam contar com procedimentos de avaliação dos pesquisadores com orientação à ISUR. Isso confirmaria um dos objetivos propostos nesta pesquisa: proporcionar às universidades um instrumento que lhes ajude avaliar e registrar os avanços realizados em termos de ISUR, além de proporcionar luz sobre os passos a seguir no futuro, sobre ações e áreas pendentes.

Outra questão que não pode deixar de ser mencionada é o fato de que, em alguns itens, a porcentagem de universidades que consideram não possuir evidências para responder é elevada. Cabe destacar, sobretudo, o caso do item *I.E.1* relativo à porcentagem do orçamento atribuído a ações que fomentem a ISUR (33,3%). De fato, somente 3 das 15 universidades participantes puderam fornecer informações relativas à porcentagem do orçamento interno dedicado à ISUR, que varia entre 0,01%, 0,1% e 0,2%. Além disso, deve-se destacar o item que aborda o fato de que as universidades coletem e analisem boas práticas de ISUR para realizar transformações na gestão universitária (*I.B.4*), sendo que 20% das instituições afirmam não contar com evidências a esse respeito.

Analisando, na Tabela 10, se os regulamentos, normas e mecanismos da ISUR implementados nas universidades foram difundidos e conhecidos (*I.C.1*); e se os membros da universidade participaram de sua elaboração e aprovação (*I.C.2*), observa-se que a porcentagem de universidades que afirmam ter contemplado estes aspectos aproxima-se a 30,8% e 38,5%. Deve-se mencionar que a maioria das 15 universidades participantes não respondeu (casos perdidos), 9 no primeiro caso, e 10 no segundo.

Com respeito aos recursos designados para a promoção da ISUR, ao perguntar sobre a existência de acordos e/ou financiamento externo dedicado

Tabela 10

Múltiplas respostas com respeito ao fator I.C. Normas, regras e procedimentos da Dimensão 2

D2. IN. MÚLTIPLAS RESPOSTAS, I.C. Normas, regras e procedimentos	AVALIAÇÃO			N.º respostas	Casos perdidos	N.º Casos
	Regulamentos	Normas	Mecanismos			
I.C.1. Existência de REGULAMENTOS, NORMAS e MECANISMOS de implementação da ISUR difundidos e conhecidos	33,3%	33,3%	33,3%	18	9	15
I.C.2. Os regulamentos, normas e mecanismos foram elaborados e aprovados com a participação da COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA	38,5%	30,8%	30,8%	13	10	15

(I.E.2), observa-se na Tabela 11 a mesma tendência que nas perguntas anteriores. Embora 50% das universidades que responderam a este item afirmem contar com este tipo de recursos, indistintamente, foram obtidas somente 8 respostas, visto que 10 universidades não responderam (casos perdidos).

Tabela 11

Múltiplas respostas relativas ao fator I.E.
Recursos designados da Dimensão 2

D2. IN. MÚLTIPLAS RESPOSTAS, I.E. Recursos designados	AVALIAÇÃO		N.º respostas	Casos perdidos	N.º Casos
	Acordos	Financiamento			
I.E.1. Existência de acordos e sistemas de financiamento externo dedicado à ISUR	50,0%	50,0%	8	10	15

Abordando o fator interno na Tabela 14 *II. Estrutura organizacional* que propicia o desenvolvimento e a sustentabilidade do enfoque de inovação social responsável de funções essenciais, um elevado número de universidades (86,7%) afirmam que existe um departamento por unidade criado especificamente para administrar a relação com o meio (II.A.2); 80% afirmam que contam com departamentos ou unidades cujo objetivo é o desenvolvimento humano sustentável (II.A.1); e em 73,3% das universidades existem instâncias de participação da comunidade universitária (II.B.2). Não obstante, somente 26,7% manifestaram contar com um Comitê Social como organismo de governo (II.A.3).

Tabela 12

Respostas simples referentes ao fator interno II.
Estrutura organizacional da Dimensão 2

D2. IN. RESPOSTAS SIMPLES. II. Estrutura organizacional	AVALIAÇÃO				N.º Casos
	Sem evidências	Sim	Não	Nc	
II.A.2_ Existe uma UNIDADE ACADÊMICA ou DEPARTAMENTO criado especificamente para administrar a extensão ou vínculo com o meio	—	86,7%	6,7%	6,7%	15
II.A.1_A estrutura organizacional universitária incorpora um DEPARTAMENTO ou UNIDADES especificamente orientadas ao desenvolvimento humano sustentável no âmbito local	—	80,0%	13,3%	6,7%	15
II.B.2_ Existem INSTÂNCIAS de PARTICIPAÇÃO dos membros da comunidade acadêmica	—	73,3%	13,3%	13,3%	15
II.B.1_ Foram estabelecidos CANAIS DE COMUNICAÇÃO tanto interna como externamente que garantem a promoção de valores e posicionamentos institucionais concretos a favor da ISUR	6,7%	53,3%	33,3%	6,7%	15
II.A.3_ Foi estabelecido um COMITÊ SOCIAL entre os organismos de governo da universidade	13,3%	26,7%	46,7%	13,3%	15

De acordo com a Tabela 13, ao consultar as instituições universitárias sobre as organizações com as quais haviam estabelecido consórcios e acordos (II.A.4), as universidades fizeram alusão aos seguintes setores: há evidência de que a relação é maior com as instituições do setor público (32,3%); seguidas de perto pelo setor privado e empresarial (29%); e pelas organizações comunitárias (25,8%) em terceiro lugar. Na Tabela 19, é apresentada uma lista de «outras» organizações com as quais se mantêm relações; quase 13%.

Em relação ao fator interno III. *Cultura organizacional*, de acordo com a Tabela 14, na análise das respostas fornecidas, verifica-se que a maioria das universidades participantes (86,7%) afirma que a ISUR é uma prioridade de sua missão ou ideário universitário (III.A.1); e em 80% destas há um clima organizacional que promove o diálogo na tomada de decisões (III.C.1). Pelo contrário, apesar de fazer parte do ideário e do clima organizacional, uma porcentagem menor das universidades (26,7%) manifestam contar com um sistema de incentivos para o desenvolvimento de projetos ISUR (III.C.2); e somente em 40% dos casos leva-se em conta a implicação em projetos de ISR dentro do perfil do profissional e pessoal acadêmico. Cabe destacar neste último item a porcentagem elevada de universidades que não forneceram nenhuma resposta (26,7%).

Tabela 13

Múltiplas respostas, setores das instituições com as quais estabeleceram-se consórcios e acordos relativos à Dimensão 2

D2. IN. MÚLTIPLAS RESPOSTAS, SETORES COM CONSÓRCIOS E ACORDOS	AVALIAÇÃO					N.º respostas	Casos perdidos	N.º Casos
	Setor público	Setor privado e empresarial	Organizações da comunidade	Outros	Sem evidências			
II.A.4. SETORES com os quais a universidade estabeleceu CONSÓRCIOS e ACORDOS	32,3%	29,0%	25,8%	12,9%	—	31	4	15

Tabela 14

Respostas simples referentes ao fator interno III.
Cultura organizacional da Dimensão 2

D2. IN. RESPOSTAS SIMPLES. III. Cultura organizacional	AVALIAÇÃO				Nº Casos
	Sem evidências	Sim	Não	Nc	
III.A.1_A inovação social responsável é apresentada como prioridade na MISSÃO ou IDEÁRIO universitário	—	86,7%	6,7%	6,7%	15
III.C.1_O clima organizacional forma e propicia práticas de diálogo na TOMADA DE DECISÕES	6,7%	80,0%	6,7%	6,7%	15
III.A.2_No perfil do PROFISSIONAL e PESSOAL ACADÊMICO considera-se sua implicação com a ISR	13,3%	40,0%	20,0%	26,7%	15
III.C.2_Foi estabelecido um sistema de INCENTIVOS que propicie o desenvolvimento de projetos de ISR dentro da universidade	6,7%	26,7%	60,0%	6,7%	15

2.2.2. Fatores externos

Como pode ser observado no Gráfico 3, os âmbitos onde há maior acesso devido às políticas implementadas na universidade (*I.A.1*); os âmbitos mais desenvolvidos dentro dos planos estratégicos (*I.B.1*); e os âmbitos com maior financiamento externo, constatamos que nos três casos, o maior impacto concentrou-se na Inclusão Social, cuja porcentagem varia entre quase 19% e 16%; além disso, o âmbito da Educação em Valores conta com uma porcentagem que oscila ao redor de 11% e 12%. Precisamente, cabe destacar que o âmbito de justiça e igualdade social conta com financiamento externo em 16,2%. Por sua vez, é neste âmbito, em que a porcentagem de universidades que não têm evidências para responder é maior, de 16,2%.

Analisando o Gráfico 4, com relação aos grupos mais beneficiados pelas ações de organização das universidades com respeito à ISUR, observa-se que as populações mais pobres são as mais beneficiadas tanto pelo financiamento externo disponibilizado (*I.C.2*), 23,3%, como pelas políticas implementadas (*I.A.2*), e pelos planos estratégicos desenvolvidos (*I.B.2*), 17%. Verificou-se que o seguinte grupo mais beneficiado é o de populações étnicas, com uma porcentagem que oscila entre 16,7%, referente ao financiamento, e 12,5% no que diz respeito às políticas. Em relação aos grupos procedentes de distintas culturas, verificou-se que estes beneficiaram-se da implementação de

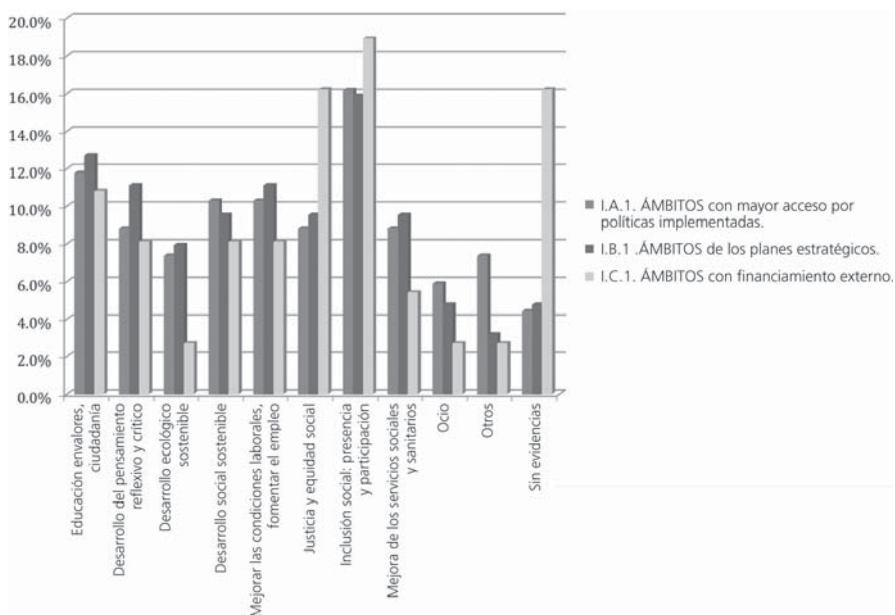


Gráfico 3

Múltiplas respostas, âmbitos da ação universitária com maior impacto da Dimensão 2. Organizacional

planos estratégicos (12,8%) e de políticas (12,5%). O grupo de pessoas com incapacidade também parece ter se beneficiado das políticas universitárias (15%).

Como no caso anterior, destaca-se a porcentagem de universidades (20%) que dizem não contar com evidências para responder com relação aos grupos que se viram mais beneficiados graças ao financiamento externo (I.C.2) com o qual contou a universidade para implementar ações ISUR.

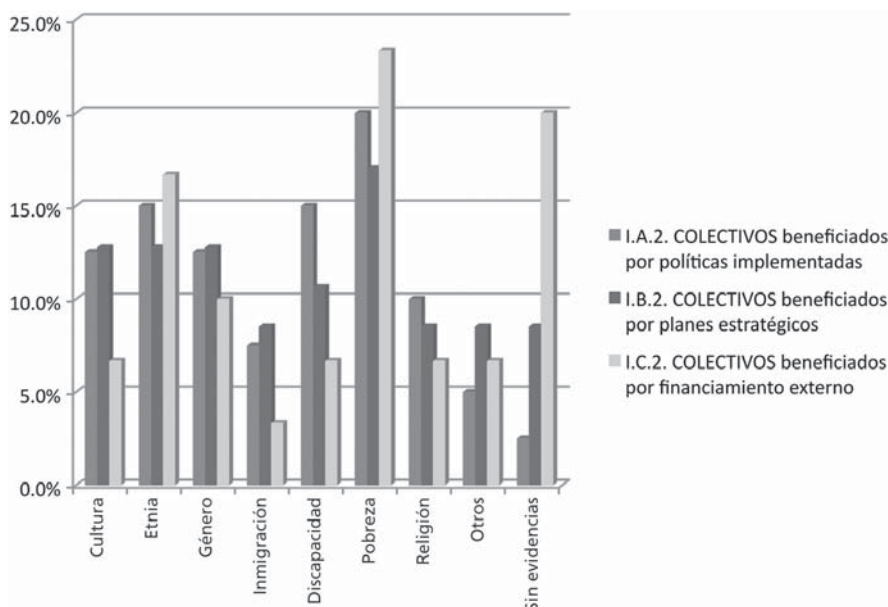


Gráfico 4

Múltiplas respostas referentes aos grupos beneficiados em relação à Dimensão 2. Organizacional

2.3. Análise da Dimensão 3. Pesquisa, desenvolvimento e inovação (PDI)

2.3.1. Fatores internos

A seguir, realizaremos a análise da dimensão 3, referente à promoção da inovação em relação à ISUR. Ao analisar o fator interno *I. Políticas institucionais de pesquisa em ISR*, na Tabela 15, observa-se que aproximadamente 80% das 15 universidades que responderam a esta dimensão consideram que suas políticas garantem a acessibilidade aos recursos, serviços e infraestruturas para a pesquisa nestes âmbitos (*I.A.1*); que tais políticas promovem a pesquisa em colaboração com outras instituições da comunidade (*I.C.1*); e que os programas de pesquisa colaborativa respondem às necessidades identificadas na comunidade (*I.C.5*). Observa-se, em linhas gerais, que houve uma maior ação no que se refere à elaboração das políticas; porém, ainda é preciso tomar medidas com respeito à implementação de planos e procedimentos com respeito à pesquisa em ISUR.

Nos âmbitos em que se percebe que existem menos ações implementadas nas universidades entrevistadas, referem-se ao apoio à inclusão de mulheres, pessoas com incapacidade e minorias nas equipas de pesquisa (I.E). Assim, apenas 20% das universidades afirmam ter estabelecido procedimentos para garantir a participação nestas equipas de pessoas com incapacidade (I.E.1); somente 26,6% manifestaram ter implementado procedimentos para a participação de mulheres em tais equipas (I.E.3); e 33,3% confirmam que os procedimentos instaurados promovem a participação de pessoas procedentes de populações tradicionalmente desfavorecidas na comunidade (I.E.2).

Tabela 15

Respostas simples do fator interno I. Políticas institucionais de pesquisa em ISR da Dimensão 3. PDI

D3. IN. RESPOSTAS SIMPLES I. Políticas institucionais de pesquisa em ISR	AVALIAÇÃO				N.º Casos
	Sem evidências	Sim	Não	Nc	
I.A.1_As políticas universitárias garantem a ACESSIBILIDADE aos RECURSOS, SERVIÇOS e INFRAESTRUTURAS para a pesquisa em ISR	6,7%	86,7%	6,7%	—	15
I.C.1_As POLÍTICAS universitárias promovem a pesquisa em colaboração com SETORES EXTERNOS à universidade	6,7%	86,7%	—	6,7%	15
I.C.5_Promovem os programas de PESQUISA COLABORATIVA, que respondem às NECESSIDADES identificadas na comunidade	—	80,0%	13,3%	6,7%	15
I.C.1_Foram estabelecidos PROCEDIMENTOS para promover a pesquisa em colaboração com SETORES EXTERNOS à universidade	20,0%	66,7%	13,3%	—	15
I.E.2_Foram estabelecidos PROCEDIMENTOS para garantir a PARTICIPAÇÃO nos projetos de pesquisa de académicos e/ou alunos e outras pessoas pertencentes a POPULAÇÕES TRADICIONALMENTE DESFAVORECIDAS	13,3%	33,3%	40,0%	13,3%	15
I.E.3_Foram estabelecidos PROCEDIMENTOS para garantir a PARTICIPAÇÃO nos projetos de pesquisa de MULHERES académicas e/ou alunas ou outras mulheres	20,0%	26,7%	40,0%	13,3%	15
I.E.3_Foram estabelecidos PROCEDIMENTOS para garantir a PARTICIPAÇÃO nos projetos de pesquisa de académicos e/ou alunos ou outras pessoas com INCAPACIDADE	26,7%	20,0%	46,7%	6,7%	15

Por sua vez, cabe destacar também que é neste fator sobre inclusão em equipas de pesquisa em que um grande número de universidades manifestam não contar com evidências para responder; ou seja, não há um registo sistematizado dessas informações. Isso ocorre em 26,7% dos casos para os procedimentos de participação de pessoas com incapacidade nas equipas de pesquisa (*I.E.1*); e 20% nos procedimentos para assegurar a participação das mulheres (*I.E.3*). Há também outro indicador em que a percentagem de universidades que manifestaram não registrar evidências é elevada (20%), e refere-se à implementação de procedimentos para a promoção da pesquisa colaborativa com setores externos à universidade (*I.C.3*).

No que se refere ao fator *interno II*, que aborda temas relacionados à *comunidade de pesquisa e às redes de produção de conhecimento*, conforme a Tabela 16, a maioria das universidades entrevistadas (93,3%) confirma sua

Tabela 16

Respostas simples, fator interno II. Comunidade de pesquisa e redes de produção de conhecimento, Dimensão 3. PDI

D3. IN. RESPOSTAS SIMPLES II. Comunidade de pesquisa e redes de produção de conhecimento	AVALIAÇÃO				N.º Casos
	Sem evidências	Sim	Não	Nc	
II.A.3_Se PERTENCE a distintas REDES de PESQUISA, tanto locais, como nacionais e internacionais, para a produção e difusão do conhecimento	6,7%	93,3%	—	—	15
II.C.1_Oferece ASSESSORIA e serviços de CONSULTORIA a instituições e/ou organizações que desenvolvem programas e atividades de ISR	13,3%	80,0%	6,7%	—	15
II.A.2_Promove e favorece a PARTICIPAÇÃO, por parte das equipas de pesquisa, em REDES entre universidades e a comunidade para a aprendizagem, a difusão e o intercâmbio de conhecimentos	13,3%	66,7%	6,7%	13,3%	15
II.A.1_Conta com PROCEDIMENTOS para estabelecer REDES entre UNIVERSIDADES e a COMUNIDADE para a aprendizagem, a difusão e o intercâmbio de conhecimentos	20,0%	40,0%	26,7%	13,3%	15
II.B.1_Foram implementados PROCESSOS para o FOMENTO da PROPRIEDADE INTELECTUAL relativa à ISR	26,7%	40,0%	33,3%	—	15
II.B.2_Foram criadas EMPRESAS, formadas com base na propriedade intelectual da universidade, «SPIN-OFF» em áreas de ISR	26,7%	40,0%	26,7%	6,7%	15
II.C.2_Os RESULTADOS dos projetos de pesquisa ou de transferência de conhecimento em ISUR influíram na ORIENTAÇÃO de AÇÕES desenvolvidas por organizações públicas, privadas e da sociedade civil	46,7%	33,3%	6,7%	13,3%	15

participação em distintas redes de pesquisa para produzir e difundir conhecimento (II.A.3); também em 80% dos casos utiliza-se o conhecimento emanado das pesquisas para oferecer assessoria e serviços de consultoria a distintas instituições e organizações (II.C.1).

Por outro lado, destaca-se a elevada porcentagem de universidades que manifestaram não contar com evidências, que chega a 46,7% dos casos referentes a se os resultados das pesquisas universitárias influíram na orientação das ações desenvolvidas na comunidade por distintas instituições de todos os setores (II.C.2); desconhecendo, dessa forma, o impacto real das pesquisas realizadas na universidade. É de 26,7% a porcentagem das universidades que não contam com evidências sobre a criação de empresas originadas de cisões

Tabela 17

Respostas simples dos fatores internos III. Gestão e IV. Promoção da pesquisa em questões prioritárias da Dimensão 3

D3. IN. RESPOTAS SIMPLES III. Gestão, transparência e difusão de conhecimento; IV. Promoção da pesquisa em questões prioritárias para a ISR	AVALIAÇÃO				N.º Casos
	Sem evidências	Sim	Não	Nc	
III.B.1_Promove a INTERAÇÃO de diversos SABERES e DISCIPLINAS na elaboração e no desenvolvimento dos projetos de pesquisa	13,3%	86,7%	—	—	15
IV.A.1_As áreas e temáticas pesquisadas contribuem com SOLUÇÕES cientificamente fundadas para as PROBLEMÁTICAS SOCIAIS com respeito à igualdade, à inclusão social e ao desenvolvimento social e ecológico sustentável	13,3%	80,0%	6,7%	—	15
III.A.1_Foram estabelecidos CANAIS de COMUNICACIÓN para difundir os RESULTADOS ou avanços dos projetos de pesquisa ao PÚBLICO INTERNO da universidade	13,3%	60,0%	26,7%	—	15
III.C.2_Foram estabelecidos ESPAÇOS para intercambiar e desenvolver CONHECIMENTO sobre a ISR com OUTRAS UNIVERSIDADES, centros de pesquisa e profissionais académicos	20,0%	53,3%	13,3%	13,3%	15
III.A.1_Foram estabelecidos CANAIS de COMUNICACIÓN para difundir os RESULTADOS ou avanços dos projetos de pesquisa ao PÚBLICO INTERNO não académico	6,7%	46,7%	26,7%	20,0%	15
III.C.1_Foram estabelecidos ESPAÇOS para intercambiar e desenvolver CONHECIMENTO sobre a ISR entre o PÚBLICO INTERNO da universidade	33,3%	40,0%	20,0%	6,7%	15

(«spin-off»), fruto das pesquisas realizadas (II.B.2), nem com respeito aos processos implementados para o fomento da propriedade intelectual referente à ISUR (II.B.1). Além disso, 20% não registram evidências sobre o desenvolvimento de redes entre a universidade e as instituições da comunidade para o intercâmbio de conhecimento (II.A.1).

Com respeito aos fatores internos relativos a *III. Gestão, transparência e difusão de conhecimento*; e *IV. Promoção da pesquisa em questões prioritárias da ISR*, cabe analisar na Tabela 17 que 86,7% das universidades estão promovendo a interdisciplinaridade na elaboração e no desenvolvimento de suas pesquisas (III.B.1). Cabe destacar também que 80% manifestam que as pesquisas realizadas fornecem soluções científicas a problemas sociais como a igualdade, a inclusão social, e o desenvolvimento social e ecológico sustentável (IV.A.1), que constituem a base das ações da ISUR.

Não obstante, como se observa na Tabela 17, uma porcentagem elevada de universidades não registram dados referentes a alguns dos temas abordados na pesquisa. Entre as universidades entrevistadas, 33,3% afirmam não contar com dados que permitam evidenciar a existência de espaços de intercâmbio e de conhecimento sobre a ISUR dentro da comunidade universitária (III.C.1); tampouco em 20% dos casos parece que se registrem evidências para corroborar a existência deste tipo de espaços de intercâmbio com outras universidades (III.C.2). Poderiam ser incluídos nesses itens o estabelecimento de canais de comunicação para a difusão pública de resultados de pesquisa (III.A.2), visto que, embora o número de universidades que manifestam não contar com evidências seja pequeno (6,7%), é elevado o número de universidades que não respondem (20%). É provável que a inexistência de dados para fornecer respostas deva-se à falta de sistematização das informações sobre as ações universitárias referentes à ISUR; porém, também pode-se considerar o fato de que não se conta com esses dados porque são aspectos que, no momento em que a pesquisa foi realizada, as medidas ainda não haviam sido implementadas.

Como pode ser observado no Gráfico 5, há uma grande variedade nas temáticas de projetos de pesquisa colaborativa e de produção em redes de pesquisa. Os âmbitos de ação universitária em que se trabalha nos projetos de pesquisa colaborativa (I.C.6), e sobre os quais se produz maior conhecimento em redes de pesquisa (II.A.4), são os que se referem ao desenvolvimento social sustentável (14,8% simultaneamente); a inclusão social (14,8% e 13,1%, respectivamente); e a educação em valores e cidadania (11,5% e 13,1%, respectivamente). Dentro dos âmbitos pesquisados em colaboração, cabe destacar a justiça e igualdade social (13,1%). No caso dos âmbitos de produção de conhecimento em redes, o desenvolvimento do pensamento reflexivo e crítico é também abordado por 11,5% das universidades entrevistadas.

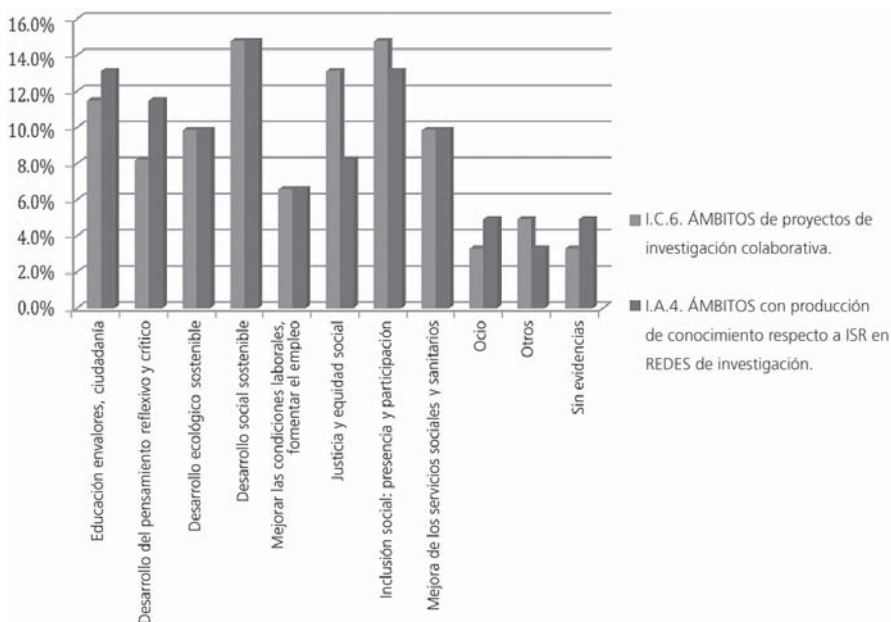


Gráfico 5

Múltiplas respostas referentes aos âmbitos de ação universitária dos fatores internos da Dimensão 3. PDI

2.3.2. *Fatores externos*

Ao examinar os fatores externos referentes à *Dimensão 3. Pesquisa, desenvolvimento e inovação em ISUR*, analisa-se, em primeiro lugar, os setores das organizações que colaboram em pesquisas (*I.A.2*) e/ou que se viram beneficiados por pesquisas universitárias (*II.B.1*). Como pode ser observado no Gráfico 6, as organizações da comunidade são as que apresentam maior porcentagem em ambos os itens, de aproximadamente 33%. Percebe-se que o setor público também beneficia-se das pesquisas de ISUR em um grau elevado (33,3%). Entre os «*outros*» setores que participaram das pesquisas (8,8%), mencionou-se a cooperação interna e a UNESCO. E «*outro*» setor que se vê beneficiado por tais pesquisas (3,7%), é o acadêmico.

Com respeito aos grupos de indivíduos implicados nestas pesquisas ou que foram beneficiados por elas, no Gráfico 8 observa-se que as populações vulneráveis e mais pobres (18,4%) colaboram em maior escala com projetos de pesquisa (*I.A.2*), seguidas por grupos provenientes de distintas culturas e etnias (15,8% em ambos os casos). Os três grupos mencionados ante-

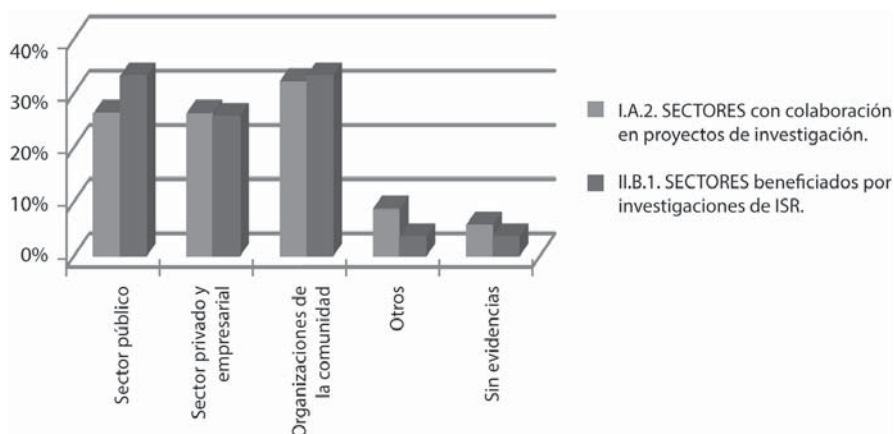


Gráfico 6

Múltiplas respostas, setores em que se percebem impactos referentes à Dimensão 3. PDI

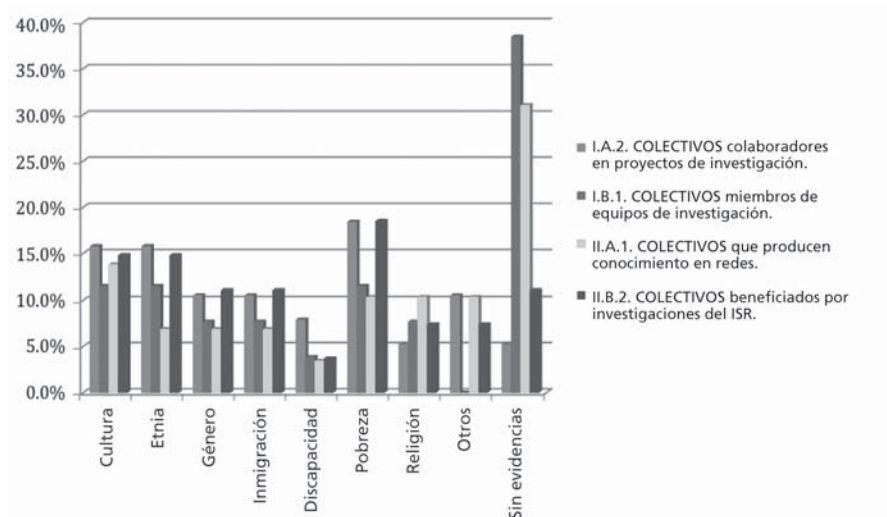


Gráfico 7

Múltiplas respostas, grupos implicados e/ou beneficiados com relação à Dimensão 3. PDI

riormente voltam a aparecer como os mais beneficiados pelas pesquisas em ISUR: pobreza (18,5%), cultura (14,8%) e etnia (14,8%).

É necessário destacar que em relação ao item *I.B.1. Grupos pertencientes a equipes de pesquisa*; e do item *II.A.1. Grupos que produzem conhecimento em redes*, a porcentagem de universidades que confessam não contar com evidências para responder é muito elevada, 38,5% e 31% respectivamente. Isto pode dever-se ao fato de que, como foi mencionado anteriormente, não tenham tal informação registrada ou, também, que esses grupos ainda não participam como membros de equipes de pesquisa ou da produção de conhecimento em redes.

De acordo com o Gráfico 8, ao analisar os âmbitos para a promoção da regeneração econômica e o empreendedorismo na inovação social onde se produziu mais conhecimento por meio de redes (*II.A.2*), observa-se que é na formação inicial de professores onde se produziu maior conhecimento (18,8%). No caso dos âmbitos econômicos onde se perceberam maiores contribuições graças às pesquisas realizadas nas universidades, foram a promoção do empreendedorismo e a promoção da inovação social responsável (19,4% em ambos os casos). Cabe destacar, de qualquer forma, que a porcentagem de universidades que afirmam não contar com evidências para responder a esses itens é tão elevada quanto as porcentagens maiores de respostas, ou seja,

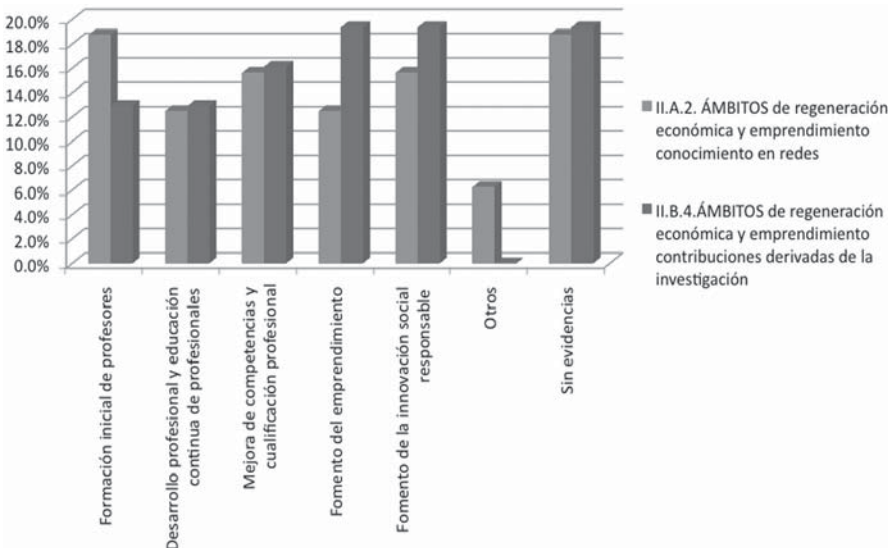


Gráfico 8

Múltiplas respostas, âmbitos de regeneração econômica e empreendedorismo beneficiados com relação à Dimensão 3. PDI

Tabela 18

Múltiplas respostas, âmbitos da ação universitária com aplicações na comunidade com respeito à Dimensão 3.PDI

D3. EX. RESPOSTA MÚLTIPLES. ÁMBITOS DE ACCIÓN UNIVERSITARIA	VALORACIÓN										N.º respuestas	Casos perdidos	N.º casos	
	Educación en valores, ciudadanía	Desarrollo del pensamiento reflexivo y crítico	Desarrollo ecológico sostenible	Desarrollo social sostenible	Mejorar las condiciones laborales, fomentar el empleo	Justicia y equidad social	Inclusión social: presencia y participación	Mejora de los servicios sociales y sanitarios	Otros	Sin evidencias				
II.B.3 ÁMBITOS con aplicaciones en la comunidad derivados de la investigación en ISR.	7,3%	7,3%	12,2%	9,8%	7,3%	9,8%	12,2%	14,6%	2,4%	4,9%	12,2%	41	3	12

18,8% para a produção de conhecimento em redes (*II.A.2*); e 19,4% para as contribuições derivadas das pesquisas (*II.B.4*). Por isso, observa-se que, em alguns casos, o registro dessas informações por parte das universidades ainda é uma tarefa pendente. Entre «*outros*» âmbitos de regeneração econômica e empreendimento onde se produziu maior conhecimento em redes, é mencionada também a pesquisa de formação e a promoção de empreendimentos sustentáveis (cultura, meio ambiente, econômico).

Finalmente, na Tabela 18 são analisados os âmbitos de ação universitária que tiveram mais aplicações na comunidade devido às pesquisas realizadas em ISUR (*II.B.3*). Como se verifica na tabela, contribui-se para a melhoria dos serviços sociais e sanitários, segundo 14,6% das respostas fornecidas, seguido pelos impactos em inclusão social e em desenvolvimento ecológico sustentável (12,2% em ambos os casos). É preciso também enfatizar que a porcentagem das universidades que responderam que não existem evidências a esse respeito é de 12,2%.

2.4. Análise da Dimensão 4. Relação com o entorno

2.4.1. *Fatores internos*

A seguir, são analisados os fatores internos relacionados à *Dimensão 4. Relação com o entorno*. Como pode ser observado na Tabela 19, a maioria das universidades desenvolveu um grande trabalho para iniciar relações e colaborações com as organizações e instituições da comunidade. Isso foi constatado devido à porcentagem elevada de respostas afirmativas e a maioria dos itens que aparecem a seguir. Destaca-se o fato de que 100% das universidades que forneceram informações sobre esta dimensão manifestam que a implicação com a comunidade e a construção de relações e colaborações institucionais aparecem refletidas em seu plano estratégico (*I.A.1*).

Porém, não apenas se observa que está presente nos documentos oficiais. Por sua vez, obtiveram-se respostas afirmativas para itens referentes à implementação de ações para executar esses planos. Por exemplo, 91,7% das universidades confirmam que contam com canais de comunicação com a comunidade (*I.A.3*); consideram que dentro dos objetivos dos eventos universitários estão a regeneração econômica e o empreendimento em inovação social responsável (*I.B.1*); e destacam a participação do corpo discente em atividades de voluntariado ou em projetos de ação social desenvolvidos pela universidade (*I.C.1*). Além disso, é elevada a porcentagem de universidades (83,3%) que contam com pessoal universitário que participa em atividades de voluntariado e em ação social para a comunidade (*I.C.2*); contam com espaços de diálogo, consulta e reflexão em que participam membros da sociedade (*I.A.2*); confirmam a utilidade dos resultados obtidos dos projetos de ação social para responder a soluções da comunidade (*IV.A.1*, *IV.C.2*).

Tabela 19

Respostas simples referentes aos fatores internos em questões prioritárias da Dimensão 4. Relação com o entorno

D4. IN. RESPOSTAS SIMPLES	AVALIAÇÃO				N.º Casos
	Sem evidências	Sim	Não	Nc	
I.A.1_Reflete-se no PLANO ESTRATÉGICO da universidade a IMPLICAÇÃO com a comunidade e a CONSTRUÇÃO DE RELAÇÕES e colaborações institucionais	—	100%	—	—	12
I.A.3_Foram estabelecidos CANAIS DE INTERAÇÃO com a sociedade	—	91,7%	8,3%	—	12
I.B.1_Os eventos universitários organizados promovem a REGENERAÇÃO ECONÔMICA e o EMPREENHIMENTO na IRS	—	91,7%	8,3%	—	12
I.C.1_O CORPO DISCENTE participa de experiências e projetos sociais de VOLUNTARIADO e/ou AÇÃO SOCIAL com a comunidade, seguindo as iniciativas em nível institucional	—	91,7%	—	8,3%	12
I.A.2_Existem ESPAÇOS DE DIÁLOGO, consulta e reflexão estratégica com a participação dos ATORES DA SOCIEDADE	8,3%	83,3%	—	8,3%	12
I.C.2_Os DOCENTES, INVESTIGADORES e OUTROS MEMBROS DO QUADRO DE PESSOAL organizam, implementam e/ou participam de experiências e projetos sociais de VOLUNTARIADO e/ou AÇÃO SOCIAL com a comunidade, seguindo as iniciativas em nível institucional	8,3%	83,3%	8,3%	—	12
IV.A.1_Os PROGRAMAS e PROJETOS de inovação social responsável desenvolvidos pela universidade contribuem para a APRENDIZAGEM e SOLUÇÕES fundadas cientificamente para as problemáticas sociais com respeito à igualdade, à inclusão social e ao desenvolvimento social e ecológico sustentável	16,7%	83,3%	—	—	12
IV.C.2_Os CONHECIMENTOS PRODUZIDOS pela ação universitária são utilizados para APOIAR O TRABALHO das instituições do setor público, privado e a sociedade civil	8,3%	83,3%	—	8,3%	12
IV.C.1_A universidade fornece ACESSORIA e CONSULTORIAS com instituições e/ou organizações que desenvolvem programas e atividades de inovação social responsável	16,7%	75,0%	—	8,3%	12
IV.C.3_Os CONHECIMENTOS PRODUZIDOS pela ação universitária influíram na ORIENTAÇÃO DE AÇÕES desenvolvidas por organizações públicas, privadas e da sociedade civil	16,7%	75,0%	8,3%	—	12
II.B.1_A universidade se envolve em CANAIS DE TOMADA DE DECISÕES PÚBLICAS	16,7%	66,7%	16,7%	—	12
III.A.1_Os RESULTADOS dos PROJETOS universitários de vínculo social influíram na definição de POLÍTICAS PÚBLICAS	25,0%	58,3%	16,7%	—	12

Por outro lado, cabe destacar que uma percentagem considerável de universidades manifestam não contar com evidências para responder a alguns itens. Vinte e cinco por cento das universidades não contam com dados para responder se os resultados dos projetos de ISUR contribuíram para a definição de políticas (III.A.1); e 16,7% manifestam não contar com informação registrada para confirmar se a universidade se envolve em canais de tomada de decisões públicas (III.B.1); e se exercem funções de assessoria, consultoria (IV.C.1) e orientação para as organizações e instituições da comunidade (IV.C.3).

Ao consultar as universidades sobre os âmbitos de ação universitária mais desenvolvidos, como pode ser observado no Gráfico 9, os âmbitos de maior ação são: a inclusão social, cuja percentagem varia entre 18% e 12,8%; o desenvolvimento ecológico sustentável, com percentagens entre 16,3% e 10%; a educação em valores, de 14% a 9,1%; e o desenvolvimento social sustentável, 15,6% e 7,7%. Cabe mencionar também que uma percentagem elevada de universidades implementou ações com relação à justiça e igualdade social, com 14% no que se refere a iniciativas de promoção e difusão na comunidade (IV.B.1); e 12% em programas de voluntariado universitário (I.C.3). Por último, é necessário mencionar que em alguns itens uma percentagem elevada de universidades manifesta não contar com evidências para responder, sobretudo no que se refere aos âmbitos que podem ser aplicados à comuni-

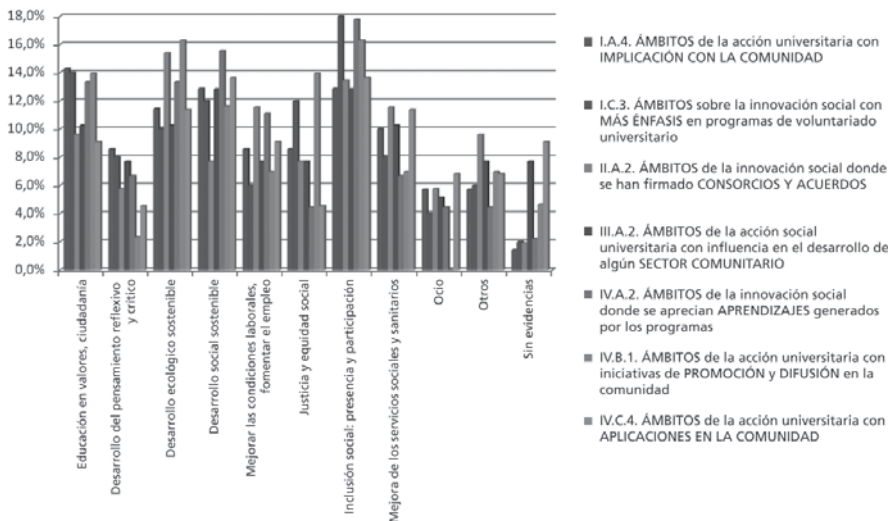


Gráfico 9

Múltiplas respostas referentes aos âmbitos de ação universitária dos fatores internos da Dimensão 4

dade (IV.C.4), 9,1%; e em relação à influência no desenvolvimento de algum setor comunitário (III.A.2), com 7,7%.

O seguinte aspecto sobre o qual se consultou as universidades se referia aos âmbitos de regeneração econômica e empreendimentos em que suas instituições haviam dado passos. Como pode ser observado no Gráfico 10 a seguir, a promoção do empreendimento parece prevalecer entre os eventos universitários (I.B.2) dos 25% das universidades que responderam; e também entre as contribuições dos projetos ISUR (IV.C.5), conforme considerado por 21,4% das instituições. As universidades também afirmam que os eventos universitários (I.B.2) promovem o desenvolvimento profissional e a educação continuada de profissionais (20%) e o aprimoramento de competências e da qualificação profissional (20%).

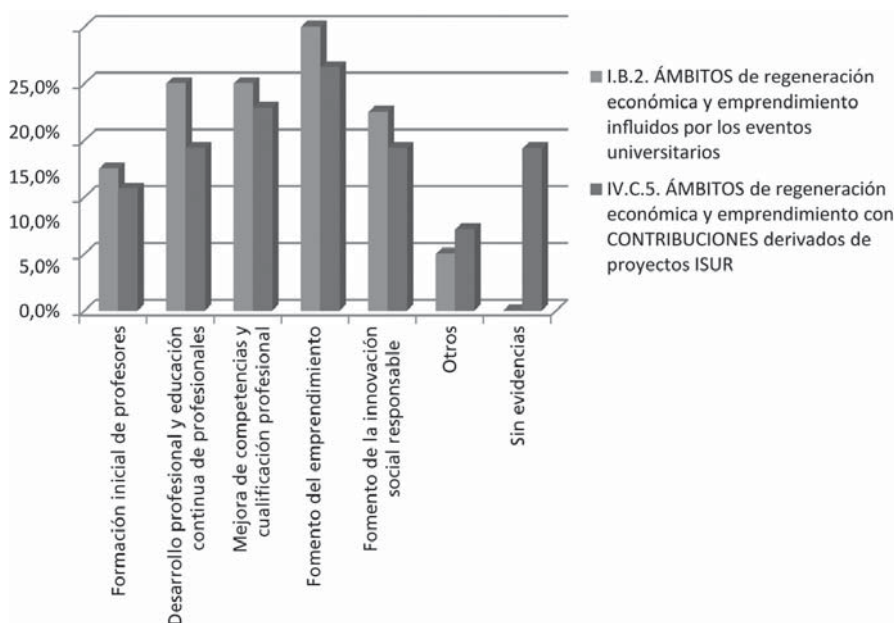


Gráfico 10

Múltiplas respostas referentes aos âmbitos de regeneração econômica e empreendedorismo dos fatores internos da D4

2.4.2. Fatores externos

Ao analisar os fatores externos da *Dimensão 4. Relação com o entorno*, observa-se na Tabela 20 que as organizações da comunidade são as que mais

Tabela 20
Múltiplas respostas, setores envolvidos e onde se percebem impactos, Dimensão 4

	AVALIAÇÃO					N.º respostas	Casos perdidos	N.º Casos
	Sector público	Sector privado e empresarial	Organizações da comunidade	Outros	Sem evidências			
DA. EX. MÚLTIPLAS RESPOSTAS, SETORES IMPLICADOS E/OU QUE PERCEBEM IMPACTOS								
I.A.1. SETORES envolvidos graças a PLANOS ESTRATÉGICOS de envolvimento com a comunidade	32,3%	25,8%	32,3%	3,2%	6,5%	31	0	12
I.A.3. SETORES que participam de ESPAÇOS DE DIÁLOGO, consulta e reflexão estratégica universitária	30,3%	24,2%	27,3%	12,1%	6,1%	33	0	12
I.B.2. SETORES com os quais a universidade ADMINISTRA projetos ISUR	28,6%	28,6%	32,1%	3,6%	7,1%	28	0	12
I.C.3. SETORES em que se percebem benefícios	25,0%	25,0%	32,1%	7,1%	10,7%	28	0	12
I.D.1. SETORES com os quais a universidade se envolve	32,1%	32,1%	28,6%	3,6%	3,6%	28	2	10
II.A.1. SETORES com os quais se estabeleceram CONSÓRCIOS e ACORDOS	27,3%	22,7%	27,3%	4,5%	18,2%	22	1	11
II.B.1. SETORES envolvidos na IMPLEMENTAÇÃO de programas ISUR	21,7%	21,7%	34,8%	4,3%	17,4%	23	1	11
III.A.1. SETORES BENEFICIADOS pela definição de POLÍTICAS derivadas de projetos de ISUR	25,0%	20,8%	29,2%	4,2%	20,8%	24	0	12
IV.B.1. SETORES BENEFICIADOS por projetos	29,2%	25,0%	29,2%	4,2%	12,5%	24	1	11

estão envolvidas com as universidades e que mais benefícios recebem de seu envolvimento; as porcentagens variam entre 34,8% (II.B.1) e 27,3% (I.A.3). Em segundo lugar, aparece o setor público, com porcentagens que oscilam entre 32,3% (I.A.1) e 21,7% (II.B.1).

Cabe destacar, por sua vez, que há uma porcentagem elevada de universidades que manifestam não contar com evidências para responder a aspectos como os setores beneficiados pela definição de políticas derivadas de projetos ISUR (III.A.1), 20,8%; os setores com os quais foram estabelecidos consórcios (II.A.1), 18,2%; e os setores envolvidos na implementação de programas ISUR (II.B.1), 17,4%.

A seguir, são abordados também os grupos que se percebem mais envolvidos em projetos e ações de ISUR e/ou se veem mais beneficiados pelas medidas de ação social tomadas pelas universidades. Como se verifica no Gráfico 11,

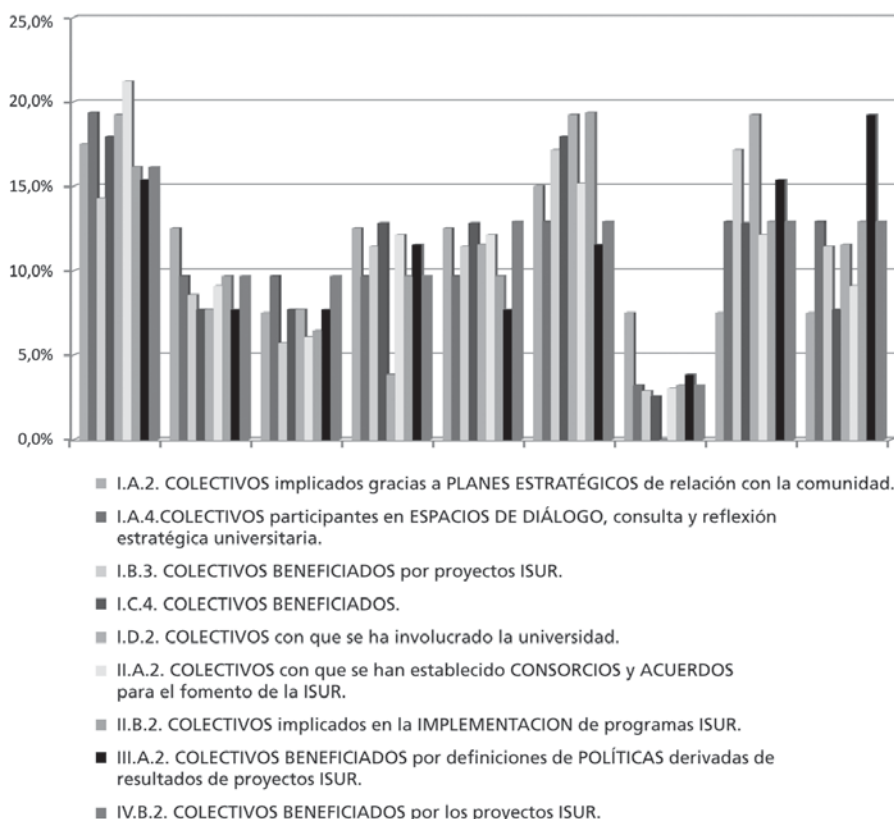


Gráfico 11

Múltiplas respostas, grupos envolvidos e onde se percebem impactos,
Dimensão 4

é o grupo da cultura que se percebe com maior implicação e o mais beneficiado, com uma percentagem entre 21,2% e 14,3%. É seguido pelo grupo de pobreza, com percentagens que oscilam entre 19,4% e 11,5%. «Outros» grupos também têm percentagens elevadas, sobretudo no que se refere aos grupos com os quais a universidade se envolve (*I.D.2*), com 19,2%; e os grupos beneficiados por projetos ISUR (*I.B.3*), com 17,1%.

Deve-se enfatizar que há uma percentagem elevada de universidades que manifestam não contar com evidências. Cabe destacar que 19,2% das universidades entrevistadas afirmam não contar com dados relativos aos grupos beneficiados pelas definições de políticas derivadas de resultados de projetos ISUR (*III.A.2*); e 12,9% confirmam não possuir evidências referentes aos grupos que participam de espaços universitários de diálogo (*I.A.4*); aos grupos implicados na implementação de programas ISUR (*II.B.2*); e sobre os grupos beneficiados pelos projetos de ISUR (*IV.B.2*).

É importante, por sua vez, mencionar que vários desses itens podem ser reiterativos e, por isso, não é possível discriminar a informação compilada. Por exemplo, observa-se uma duplicidade de dados no caso dos itens (*I.B.3*) de grupos beneficiados por projetos ISUR, e (*I.C.4*) grupos beneficiados. Os dados coletados em ambos os itens seguem um padrão muito semelhante e não servem para discriminar, nem contribuem com mais informação. Seria recomendável realizar uma revisão dos itens deste protocolo, visto que, em vários casos, observa-se este problema.

O terceiro aspecto abordado entre os fatores externos desta dimensão tem a ver com o impacto que os âmbitos de ação da universidade causam na comunidade. Como pode ser observado no Gráfico 12, o âmbito da inclusão social é aquele que as universidades consideram com maior envolvimento na implementação de programas ISUR (*II.B.3*), com 16,3%; o âmbito em que mais trabalham as organizações envolvidas (*I.D.3*), com 14,8%. A educação em valores e cidadania também tem percentagens elevadas para os quatro itens, que variam entre 13,6% e 11,6%. O desenvolvimento social sustentável é o terceiro âmbito mencionado, com percentagens que oscilam ao redor de 11%.

As universidades (14%) observam que o âmbito da justiça e igualdade social é trabalhado pelas organizações por meio da implementação de programas ISUR (*II.B.3*). As universidades também consideram (13,6%) que as organizações que participam de espaços de diálogo trabalham para melhorar as condições de trabalho e a promoção de empregos. Além disso, verifica-se que uma percentagem elevada de universidades consideram não contar com evidências para responder a três dos quatro itens, com percentagens que vão de 14% a 11%.

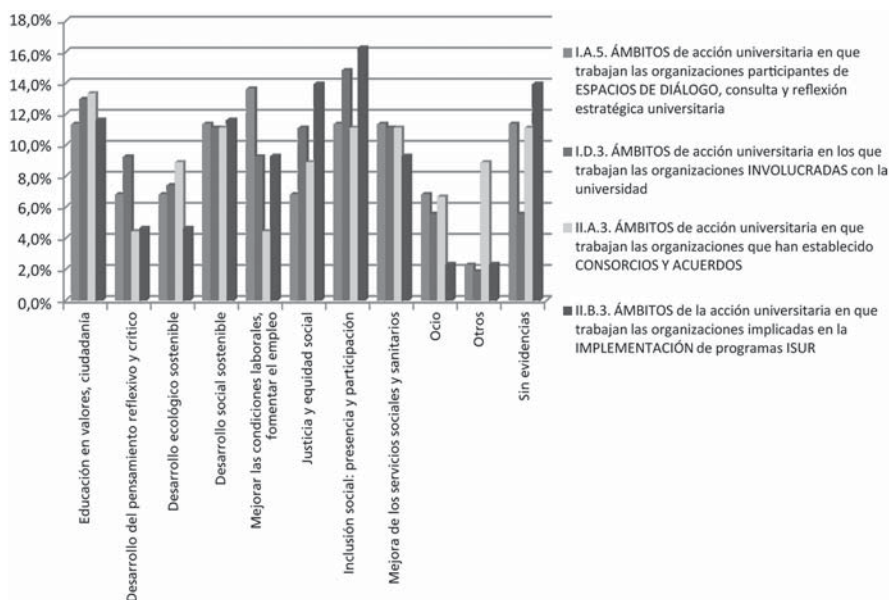


Gráfico 12

Múltiplas respostas, âmbitos de ação universitária de maior impacto, Dimensão 4

2.5. Análise da Dimensão 5. Ambiental

2.5.1. Fatores internos

Uma das dimensões em que se percebe que a maioria das universidades participantes do estudo ainda têm um longo caminho a percorrer é a *Dimensão 5. Ambiental*. Como pode ser observado na Tabela 21, somente em dois itens uma elevada porcentagem de universidades (75%) afirmam ter realizado ações, incorporando a responsabilidade para com o meio ambiente nos planos estratégicos e políticas universitárias (*I.A.1*); e na promoção da pesquisa em questões relacionadas ao meio ambiente (*IV.A.1*).

Verifica-se na tabela que uma porcentagem importante de universidades manifestam não contar com evidências para responder, com porcentagens que chegam a 25% em três itens (*I.B.1*; *I.B.2*; *V.C.1*). A porcentagem de universidades que não responderam a um número considerável de itens é um aspecto a destacar. Vinte e cinco por cento das universidades não responderam a 5 itens (*I.B.2*; *III.C.1*; *V.A.1*; *V.B.1*; *V.C.1*), e 18,8% a outros 5 itens (*II.A.1*;

Tabela 21

Respostas simples referentes aos fatores internos em questões prioritárias da Dimensão 5. Ambiental

D5. IN. RESPOSTAS SIMPLES	AVALIAÇÃO				N.º Casos
	Sem evidências	Sim	Não	Nc	
I.A.1_Foi incorporada a responsabilidade para com o meio ambiente como parte do PLANO ESTRATÉGICO ou da POLÍTICA universitária	12,5%	75,0%	6,3%	6,3%	16
IV.A.1_Equipas e grupos de pesquisa em relação à problemática ambiental	—	75,0%	6,3%	18,8%	16
I.C.1_Organiza EVENTOS DE SENSIBILIZAÇÃO e DIFUSÃO em relação ao cuidado ambiental para SEUS MEMBROS e para a COMUNIDADE	6,3%	68,8%	12,5%	12,5%	16
I.C.2_Existem ESPAÇOS DE DIÁLOGO e REFLEXÃO com ORGANIZAÇÕES públicas e privadas com relação ao respeito e à proteção ambiental	12,5%	62,5%	12,5%	12,5%	16
V.B.1_Participação da universidade em atividades da comunidade de apoio ao desenvolvimento ecológico sustentável	6,3%	62,5%	6,3%	25,0%	16
IV.C.1_Contribuição da pesquisa em questões ambientais para a comunidade	6,3%	56,3%	18,8%	18,8%	16
II.A.1_Existente uma POLÍTICA UNIVERSITÁRIA com relação à responsabilidade ambiental, à conservação dos recursos naturais e à redução da pegada ambiental	6,3%	50,0%	25,0%	18,8%	16
III.B.1_Área de formação com respeito à problemática ambiental dentro do desenvolvimento profissional do pessoal universitário	—	50,0%	31,3%	18,8%	16
III.C.1_Programas de formação abertos à comunidade sobre a problemática do meio ambiente	6,3%	50,0%	18,8%	25,0%	16
V.A.1_Programas e projetos centrados na manutenção e proteção ambiental	12,5%	50,0%	12,5%	25,0%	16
I.B.1_Observa-se o compromisso para com o meio ambiente como um dos sinais de identidade do PERFIL DOS ALUNOS que concluem seus estudos na universidade	25,0%	37,5%	31,3%	6,3%	16
V.C.1_A universidade colabora com instituições e organizações do setor público, privado e social para a promoção do desenvolvimento ecológico sustentável	25,0%	37,5%	12,5%	25,0%	16
I.B.2_AVALIA-SE se está conseguindo que o compromisso com o meio ambiente seja um dos valores adquiridos pelo corpo docente	25,0%	25,0%	25,0%	25,0%	16
III.A.1_Currículo que integra transversalmente os conteúdos de desenvolvimento sustentável a partir da visão da ISR	12,5%	25,0%	50,0%	12,5%	16
II.B.1_Obteve alguma acreditação relativa ao meio ambiente (normas ISO) como reconhecimento de sua gestão	18,8%	18,8%	43,8%	18,8%	16

II.B.1; III.B.1; IV.A.1; IV.C.1). Isto demonstra que há um elevado número de universidades em que as ações com respeito ao cuidado e a responsabilidade para com o meio ambiente podem estar nas políticas e/ou planos universitários; contudo, as medidas ainda não foram implementadas e, no caso de existirem, não está sendo realizado um registro sistemático de evidências que confirmem os passos implementados.

Não obstante, ao abordar as temáticas que estão sendo desenvolvidas com respeito ao meio ambiente nas universidades, e que aparecem na Tabela 21, percebe-se que, em alguns casos, tais temáticas foram incluídas no currículo em âmbitos relacionados ao desenvolvimento ecológico sustentável e de energias alternativas. Observa-se também que foram incluídas temáticas ambientais nos programas de formação profissional referente à manipulação de resíduos, engenharia ambiental, turismo ecológico, desenvolvimento sustentável, ambientes saudáveis, entre outros. Além disso, em alguns casos, estão sendo realizados eventos de sensibilização para a comunidade com respeito aos produtos ecológicos, manipulação de resíduos, consumo responsável de energia, mudanças climáticas e biodiversidade. Por isso, deve-se concluir que, em relação aos fatores internos relativos à *Dimensão 5. Ambiental*, as universidades estão começando a dar passos. Além disso, pode-se aprender muito com as que já têm experiência e bagagem neste âmbito, dado que seu conhecimento é muito amplo e rico, e abarca não apenas o âmbito acadêmico mas também o trabalho junto à comunidade.

2.5.2. Fatores externos

Como no caso dos fatores internos, nos externos verifica-se também que um grande número de universidades ainda tem uma questão em aberto no que se refere à resposta ao meio ambiente. Isto pode ser observado na Tabela 22. Ao consultar sobre os benefícios percebidos pela comunidade com

Tabela 22

Respostas simples referentes aos fatores internos em questões prioritárias da Dimensão 5. Ambiental

D5. EX. RESPOSTAS SIMPLES	AVALIAÇÃO				N.º Casos
	Sem evidências	Sim	Não	Nc	
III.B.1_Benefício da participação de estudantes em estágios em programas de desenvolvimento ecológico sustentável	37,5%	6,3%	12,5%	43,8%	15

relação à participação de estudantes em estágios em programas de desenvolvimento ecológico sustentável, é muito elevada a percentagem de universidades que não forneceram resposta (43,8%) e que manifestam não contar com evidências (37,5%).

Isto também pode ser constatado ao consultar sobre os setores que percebem impactos derivados das ações universitárias com relação ao desenvolvimento ecológico sustentável, como se verifica no Gráfico 13 e a percentagem de universidades que manifestam não contar com evidências é a maior de todas as respostas, oscilando entre 25% e até 58,3%.

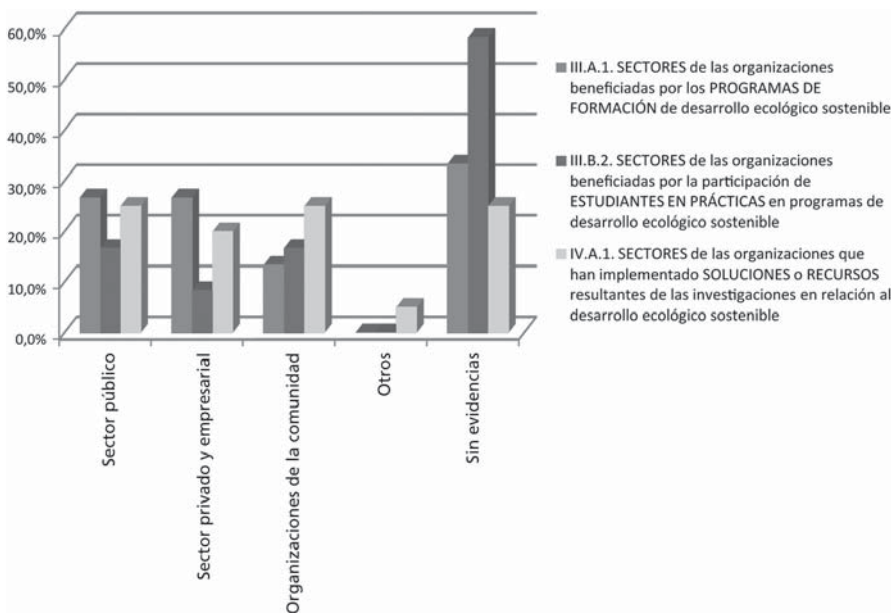


Gráfico 13

Múltiplas respostas, setores onde se percebem impactos, Dimensão 5

No que se refere aos grupos beneficiados, na Tabela 23 verifica-se a mesma situação, com 46,2% das universidades que confirmam não contar com evidências a esse respeito.

Tabela 23
Múltiplas respostas, grupos beneficiados, Dimensão 5

	VALORACIÓN										N.º respuestas	Casos perdidos	N.º casos		
	Cultura	Etnia	Género	Inmigración	Discapacidad	Pobreza	Religión	Otros	Sin evidencias						
D5. EX RESPUESTAS MÚLTIPLES, COLECTIVOS BENEFICIADOS															
III.B.3. COLECTIVOS de las organizaciones beneficiadas por la participación de ESTUDIANTES EN PRÁCTICAS en programas de desarrollo ecológico sostenible.	15,4%			7,7%	7,7%	15,4%				7,7%		46,2%	20	8	8

Tabela 24

Respostas simples referentes aos fatores internos em questões prioritárias da Dimensão 6. Internacionalização

D6. IN. RESPOSTAS SIMPLES	AVALIAÇÃO				N.º Casos
	Sem evidências	Sim	Não	Nc	
II.B.1_Participa de ASSOCIAÇÕES, ACORDOS FORMAIS, ALIANÇAS e CONSÓRCIOS INTERNACIONAIS de carácter universitário referentes à ISR	—	66,7	13,3	20,0	15
I.A.1_As POLÍTICAS e as NORMAS universitárias favorecem a INTERNACIONALIZAÇÃO da universidade no âmbito da ISUR	6,7	53,3	33,3	6,7	15
II.A.1_Desenvolvem-se PROJETOS INTERNACIONAIS DE PESQUISA no âmbito da ISR	6,7	46,7	26,7	20,0	15
III.A.1_Existem PROGRAMAS para que os ALUNOS estudem no EXTERIOR com relação à ISR	—	46,7	40,0	13,3	15
III.A.3_Conta com um PROGRAMA DE BOLSAS DE ESTUDO que promove o intercâmbio e a MOBILIDADE DOS ESTUDANTES, sobretudo os grupos mais VULNERÁVEIS	—	46,7	33,3	20,0	15
III.A.2_Existem PROGRAMAS de INTERCÂMBIO que atraem ALUNOS ESTRANGEIROS em aspectos relacionados à ISUR	—	40,0	33,3	26,7	15
III.B.1_Existem PROGRAMAS DE MOBILIDADE ACADÊMICA para pesquisadores no exterior para a promoção da inovação social	—	40,0	40,0	20,0	15
III.B.2_Existem PROGRAMAS DE INTERCÂMBIO que atraem PESQUISADORES ESTRANGEIROS especializados que trabalhem na promoção da inovação social responsável na universidade	6,7	40,0	26,7	26,7	15
I.A.2_A dimensão de internacionalização da ISUR reflete-se no PLANO ESTRATÉGICO como um eixo ou fator-chave	6,7	33,3	53,3	6,7	15
IV.A.1_São organizados PROGRAMAS DE ESTUDOS de graduação e pós-graduação com relação à inovação social responsável em conjunto com outras UNIVERSIDADES ESTRANGEIRAS	20,0	33,3	33,3	13,3	15

2.6. Análise da Dimensão 6. Internacionalização

2.6.1. Fatores internos

Para concluir a análise, começaremos considerando se as universidades implementaram medidas para a promoção da internacionalização em âmbitos relativos à ISUR. Como pode ser observado na Tabela 24, a porcentagem de universidades que manifestam ter dado passos é baixa. O item com uma porcentagem maior de respostas afirmativas (66,7%) deve-se ao fato de que se a universidade participa de associações, foram estabelecidos acordos formais, alianças e consórcios internacionais de caráter universitário referentes à inovação social responsável (*II.B.1*). Os demais itens mostram porcentagens que variam entre 53,3% e 33,3% para a resposta afirmativa, «Sim».

Cabe destacar que muitos itens não receberam respostas por parte das universidades, sendo 26,7% para 2 itens (*III.A.2*; *III.B.2*), e 20% no caso de 4 itens (*II.A.1*; *II.B.1*; *III.A.3*; *III.B.1*). Considerando que estamos fazendo referência a um conjunto de 10 perguntas, o número de itens sem receber resposta é elevado. Além disso, 20% das universidades manifestam não ter registrado evidências relativas à organização de programas de estudos com relação à inovação social responsável em conjunto com outras universidades estrangeiras (*IV.A.1*). Por isso, é possível interpretar que, embora as universidades estejam se esforçando para criar laços internacionais com outras universidades, organizações, instituições e empresas, ainda é incipiente o trabalho realizado com respeito à inovação social responsável em nível internacional.

Ao passar a analisar os âmbitos da ação universitária com participação internacional relativos à inovação social responsável, verifica-se que uma porcentagem maior de universidades deu passos em relação ao desenvolvimento do pensamento reflexivo e crítico, sobretudo no que se refere a programas de estudos conjuntos (*IV.A.2*), 20%, e à participação internacional (*II.B.2*), com 17,1%. Por sua vez, no que se refere aos programas conjuntos (*II.B.2*), há também uma porcentagem elevada de medidas referentes à inclusão social (20%), à justiça e igualdade social (15%), e o desenvolvimento ecológico sustentável, também com 15%. Considerando os projetos de pesquisa internacional (*II.A.2*), concentram-se prioritariamente na inclusão social e na justiça social, com 17,1% em ambos os casos. Isto pode ser observado no Gráfico 14.

Finalmente, cabe mencionar a porcentagem elevada de universidades (15%) que afirmam não contar com dados referentes aos programas de estudos conjuntos internacionais com respeito à ISUR (*IV.A.2*).

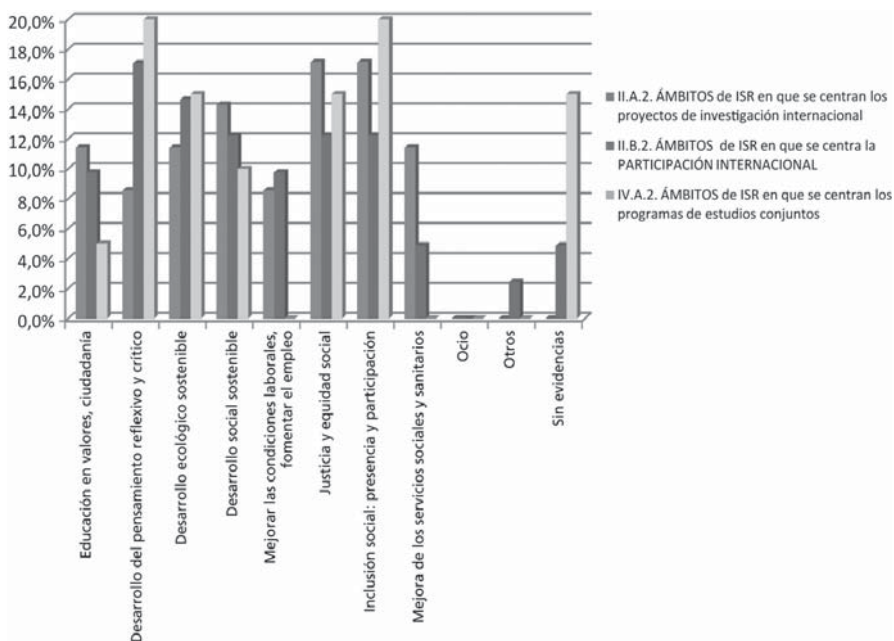


Gráfico 14

Múltiplas respostas, âmbitos de inovação social responsável universitária relativos à Dimensão 6

2.6.2. *Fatores externos*

Finalizando com os fatores externos da *Dimensão 6. Internacionalização da ISUR*, verifica-se também uma porcentagem elevada universidades que não respondem, ou que afirmam não contar com evidências a esse respeito. Como pode ser observado na Tabela 25, 26,7% das universidades não respondem à pergunta referente à participação em projetos de pesquisa sobre inovação social responsável (*II.A.1*); e 40% não fornecem informações com respeito à organização de programas educativos conjuntos com enfoque internacional relativos à ISR (*IV.A.1*). Com respeito a este último item, a porcentagem de universidades que manifestam não contar com evidências também é alta, 26,7%.

Ao analisar, no Gráfico 15, os setores aos quais pertencem as organizações internacionais que participam de ações de inovação social das universidades entrevistadas, percebe-se, em primeiro lugar, que o setor privado empresarial é aquele com que mais se fazem acordos formais (*II.B.2*), 35,3%.

Tabela 25

Respostas simples referentes aos fatores externos em questões prioritárias da Dimensão 6. Internacionalização

D6. EX. RESPOSTAS SIMPLES	AVALIAÇÃO				N.º Casos
	Sem evidências	Sim	Não	Nc	
II.A.1_Participou de PROJETOS DE PESQUISA INTERNACIONAL referente à ISR	13,3%	46,7%	13,3%	26,7%	15
IV.A.1 Foram organizados programas educativos conjuntos com enfoque internacional referentes à ISR	26,7%	20,0%	13,3%	40,0%	15

Em segundo lugar, uma percentagem elevada de universidades (31,3%) estabelece relações de participação em projetos de pesquisa de ISR com o setor público (II.A.3). Um número considerável de universidades (29,4%) também firma acordos de colaboração (II.B.2) com este setor público. Em terceiro lugar, as organizações da comunidade parecem participar com uma percentagem de universidades (25%), em espaços de diálogo, consulta e reflexão estratégica universitária de ISUR (I.A.1). Por outro lado, uma percentagem elevada de universidades manifesta não dispor de dados para responder a algumas das perguntas. No caso da existência de programas educativos con-

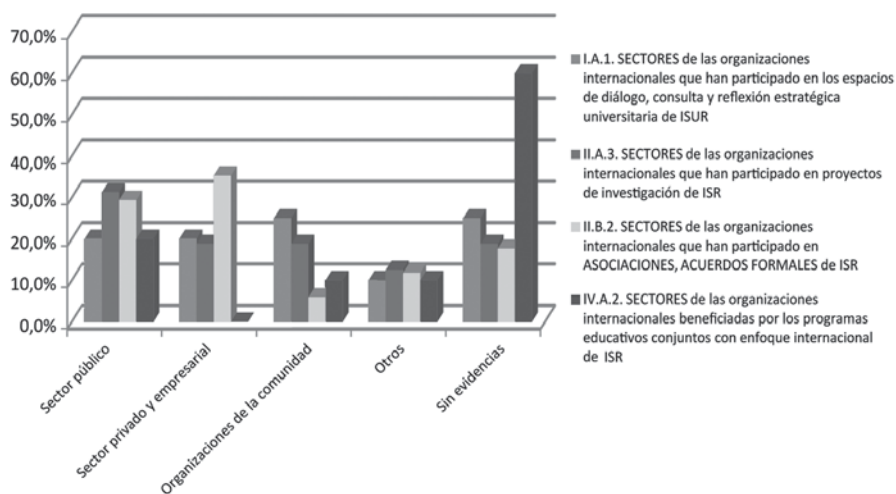


Gráfico 15

Múltiplas respostas, setores onde se percebem impactos, Dimensão 6

juntos em ISUR (IV.A.2) é de 60% e com respeito à participação em espaços de diálogo e reflexão, 25% (I.A.1).

Da mesma forma, é possível observar tanto no Gráfico 16, que é incipiente o trabalho e o registro de evidências que as universidades têm com respeito aos grupos das organizações internacionais que participam e se beneficiam das ações de ISUR desenvolvidas. A porcentagem das universidades que confessam não contar com evidências registradas para responder é, em todos os itens, maior do que no restante das respostas. As porcentagens das universidades que manifestam não dispor de dados oscilam entre 70% em relação aos grupos que se beneficiam dos programas educativos em conjunto com enfoque internacional de ISR (IV.A.3); e 22,7% no que se refere aos grupos de organizações internacionais que participam dos espaços de diálogo, consulta e reflexão estratégica universitária de ISUR (I.A.2). Isto demonstra que o trabalho realizado pela maioria das universidades ainda é incipiente.

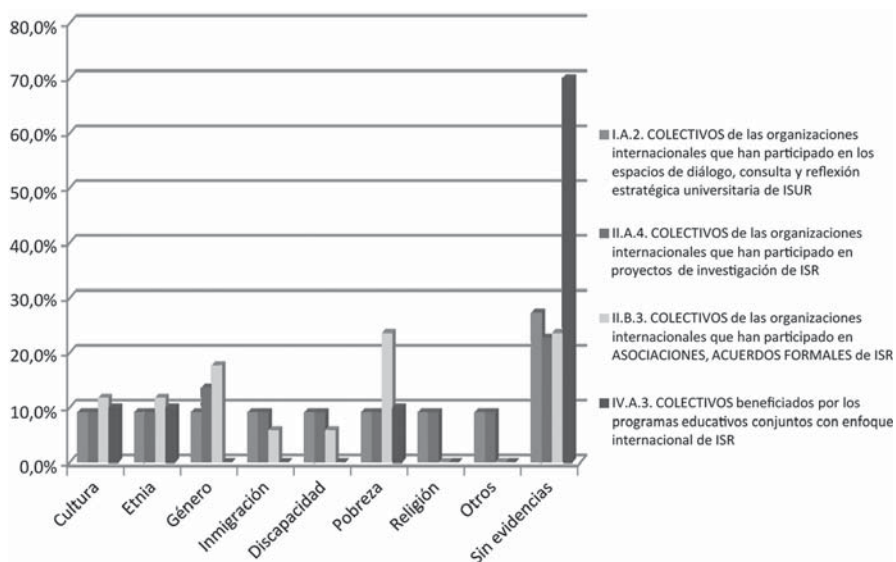


Gráfico 16

Múltiplas respostas, grupos envolvidos e/ou beneficiados, Dimensão 6

Conclusões

O modelo ISUR pretende ser um ponto de referência ou arquétipo (segundo o Dicionário Aurélio Buarque de Holanda) para que as universidades possam visualizar e implementar esta capacidade organizacional mediante as dinâmicas da análise, aprendizagem e gestão institucionais rumo à inovação social.

Vale ainda recordar que a sociedade e o mundo esperam muito da universidade, de acordo com a UNESCO (2009). A inovação social se estabelece como um marco conceitual eficaz do trabalho universitário desde a responsabilidade social (moral) que lhe compete, enquanto organização integrada, em um mundo em constantes e vertiginosas mudanças e crescente complexidade.

O estudo realizado pelas dezesseis universidades participantes nos deu a oportunidade de aprofundar na questão da inovação social universitária responsável desde a perspectiva das universidades de diversos países.

Indicamos, a seguir, algumas considerações sobre o processo e resultados obtidos ao longo desses dois longos anos de trabalho em conjunto.

Em primeiro lugar, é necessário destacar a escassez de modelos, experiências ou sistemas que abordam a inovação social responsável das universidades a partir de uma perspectiva holística. Encontramos sistemas que se centram em alguma dimensão, como a aprendizagem-serviço, o meio ambiente, ou qualquer outro aspecto. Talvez seja preciso ressaltar aqui o esforço realizado pela AUSJAL (Associação de Universidades Jesuíticas da América Latina), que propõe um modelo geral, porém, a partir da perspectiva da autoavaliação.

A revisão teórica realizada permitiu explorar diferentes aproximações do termo de inovação e esclarecer os conceitos afins utilizados, tais como: responsabilidade social, compromisso social, entre outros. A partir do nosso ponto de vista, a inovação social implica um conceito que integra a respon-

sabilidade social, e é mais holístico porque é definido a partir de todas ações universitárias, contemplando, no mesmo, os âmbitos de Docência, Pesquisa, Gestão e Projeção ou extensão social e com os quais compartilham o propósito de transformar a sociedade. Por outro lado, esta revisão favoreceu o reforço de aspectos da inovação sobre os quais se tem trabalhado bastante e existem estudos e pesquisas sobre os mesmos. Exploram-se experiências e boas práticas em diferentes dimensões que definimos na proposta apresentada.

O modelo apresentado, que denominamos ISUR, consta de seis dimensões: curricular e pedagógica; organizacional; pesquisa, desenvolvimento e inovação; relação com o entorno e, finalmente, a dimensão de internacionalização.

O sistema de avaliação do modelo tem duas fases: a apresentação de dados por parte da universidade que se deseja avaliar com o modelo, e uma segunda fase, de análise das evidências por parte de avaliadores externos à universidade. Isso apoia sua validade e fiabilidade, visto que não basta apresentar dados; estes precisam ser avaliados como pertinentes, e constatáveis; caso contrário, não são válidos.

Embora seja possível discutir sobre os dados apresentados, não há dúvida de que a avaliação de pares («peer evaluation») se transforma em um método eficaz para discriminar a documentação apresentada pelas universidades.

Certamente, o número de indicadores utilizados é excessivo, visto que 250 indicadores são demasiados para implementar um sistema de forma operativa. Embora cientes da dificuldade e do esforço implicados na aplicação de um instrumento tão extenso, foi implementado pela razão ou conveniência de explorar, do modo mais abrangente possível, o que fazem e o que não fazem as universidades e, a partir desse conhecimento prático, selecionar os indicadores-chave de cada uma das dimensões consideradas.

As maiores deficiências encontradas nesta amostra estão relacionadas à dimensão ambiental, área importante em que pouquíssimas universidades estão se envolvendo de modo significativo.

Contrariamente, como era de se esperar, o âmbito mais desenvolvido é a elaboração curricular e pedagógica, em que é possível encontrar um maior número de atividades e projetos com uma base de evidências mais precisa.

Graças ao estudo piloto do modelo de avaliação ISUR, observa-se que é preciso que as universidades façam um maior esforço para conhecer e registrar evidências sobre os resultados e o impacto que suas ações e programas têm na sociedade e nas comunidades que a formam. Destaca-se a importância de analisar o grau de impacto particularmente nos grupos que se encontram em situações de maior vulnerabilidade e em risco de exclusão.

Por isso, percebe-se uma falta de *cultura de avaliação* nas universidades e de um acompanhamento das diversas ações e projetos, em que, em muitos casos, não existem dados nem evidências sobre os resultados e êxitos alcan-

çados, o que leva a uma avaliação superficial baseada mais em impressões, do que em evidências.

É possível perceber a importância dos *planos estratégicos* como um elemento-chave para conhecer a ênfase das universidades em relação a diferentes áreas por meio das ações ou projetos propostos. Muitas destas ações estão ligadas aos projetos estratégicos em que ainda se requer um maior aprofundamento no acompanhamento e avaliação com base em evidências.

Em suma, o estudo realizado, embora limitado na amostra de 16 universidades, oferece a oportunidade de saber o que as universidades fazem e não fazem com respeito à inovação social. Resta o trabalho de analisar quais são os melhores indicadores em cada uma das dimensões estabelecidas, para que se torne um instrumento mais acessível a ser aplicado em universidades que desejem realizar uma autoavaliação em inovação social.

Bibliografía

- AUSJAL. (2009). *Políticas y sistemas de autoevaluación y gestión de la Responsabilidad Social Universitaria*. Córdoba: Alejandría Editorial.
- COMMITTEE ON INSTITUTIONAL COOPERATION, CIC (2005). *Resource guide and recommendations for defining and benchmarking engagement*. Champaign, IL: Author.
- DAVIS, S. (2002). *Social Entrepreneurship: Towards an Entrepreneurial Culture for Social and Economic Development*. (Paper preparado conforme solicitação do Youth Employment Summit). Recuperado do site de Internet de Ashoka, Innovators for the Public: <http://www.ashoka.org/files/yespaper.pdf>.
- DE LA CRUZ, C. e SASIA, S. (2008). «La responsabilidad de la sociedad en el proyecto de construcción de una sociedad». *Educación Superior y Sociedad. Peru. Nueva Época*. 13(2), 26.
- DE LA CUESTA, M. (8 de julho de 2011). «RSU. El papel de la universidad en la contribución a un desarrollo más sostenible». *Diario Responsable*. Recuperado de <http://www.diarioresponsable.com>.
- DE LA CUESTA, M., DE LA CRUZ, C. & RODRÍGUEZ, J.M. (2010). *Responsabilidad Social Universitaria*. La Coruña: Netbiblo.
- FUNDACIÓN DE LA INNOVACIÓN BANKINTER, FIB (2009). *Innovación Social. Reinventando el desarrollo sostenible*. Recuperado de http://www.fundacionbankinter.org/system/documents/8159/original/XII_FTF_Innovacion_Social_CASTELLANO.pdf.
- FURCO, A. (2003). «Service learning: A balanced Approach to experiential education». Em Campus Compact (ed.), *Introduction to service learning toolkit. Second edition*. (págs. 9-18). Providence: Campus Compact.
- IMBERNÓN, F. (1996). *En busca del discurso educativo: la escuela, la innovación educativa, el curriculum, el maestro y su formación Argentina*. Buenos Aires: Ministerio de Cultura y Educación. Programa Nueva Escuela Argentina para el siglo XXI.
- JACOBY, B and ASSOCIATES (2009). *Civic Engagement in Higher Education*. San Francisco: Jossey-Bass.
- LEVINER, N.; CRUTCHFIELD, L.R.; WELLS, D. (2007). «Understanding the Impact of Social Entrepreneurs: Ashoka's Answer to the Challenge of Measuring Effectiveness». Em R. MOSHER-WILLIAMS (ed.). *Research on Social Entrepreneurship and Contributing to*

- an *Emerging Field* (pp. 89-103). ARNOVA. Recuperado de <http://www.ashoka.org/sites/ashoka/files/UnderstandingtheImpactChapterPDF.pdf>.
- LÓPEZ, A.L. (2012). *Modelo de Evaluación sobre Innovación Social Universitaria (ISU)*. Em A. VILLA (ed.). *Avances en la Innovación Universitaria. Tejiendo el Compromiso de las Universidades* (pp. 163-192). Bilbao: Foro Internacional sobre Innovación Universitaria.
- MARTÍNEZ, M. (ed.) (2008). *Aprendizaje servicio y responsabilidad social de las universidades*. Colección Recursos, 108. Madrid: Ministerio de Educación, Política Social y Deporte, Secretaría General Técnica; Barcelona: Octaedro.
- TAPIA, M.N. (2006). *Aprendizaje y servicio solidario en el sistema educativo y las organizaciones juveniles*. Buenos Aires: Ciudad Nueva.
- UNESCO (1998). *Declaración Mundial sobre la Educación Superior en el siglo XXI*. Paris: UNESCO. Recuperado de <http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001163/116345s.pdf>.
- UNESCO (2009). *Conferencia Mundial sobre la Educación Superior: La nueva dinámica de la educación superior y la investigación para el cambio social y el desarrollo*. Paris: UNESCO. Recuperado de http://www.unesco.org/education/WCHE2009/comunicado_es.pdf.
- VALLEYS, F.; DE LA CRUZ, C. y SASIA, P. (2009). *Responsabilidad-Social-Universitaria: Manual de Primeros Pasos*. Recuperado do site de Internet do Banco Interamericano de Desenvolvimento: <http://es.scribd.com/doc/29487202/RSE-Manual-de-RSU-BID>.
- VILLA, A. (2010). *Informe final: Modelo de Formación para Emprendedores Sociales*. Bilbao: Universidade de Deusto.
- VILLA, A. y LÓPEZ, A.L. (2012). «La evaluación de la innovación social en las universidades: un primer acercamiento». Em D. MONTERO e P. FERNÁNDEZ DE LARRINOVA (ed.). *Calidad de vida, inclusión social y procesos de intervención* (pp. 305-328). Bilbao: Publicações da Universidade de Deusto.
- VILLA, A e LÓPEZ, A.L. (maio, 2011). *Documento propuesta borrador, Proyecto Alfa-Innovación Social*. Trabalho apresentado na Primeira Reunião Geral, Tuning América Latina, Bogotá.

Lista de contatos da área de Inovação Social Universitária Responsável (ISUR)

<p>Coordenadora da Área de Inovação Social Universitária Responsável (ISUR)</p> <p>España (Aurelio Villa Sánchez)</p> <p>Universidad de Deusto aurelio.villa@deusto.es</p>	
<p>Argentina Enrique Mateo Arnau</p> <p>Universidad Nacional de Jujuy gsiufi@gmail.com</p>	<p>Argentina Norberto Rafael Fernández Lamarra</p> <p>Universidad Nacional de Tres de Febrero nflamarra@fibertel.com.ar</p>
<p>Chile Chantal Jouannet Valderrama</p> <p>Pontificia Universidad Católica de Chile cjouannetv@gmail.com</p>	<p>Chile Javier Villar Olaeta</p> <p>Universidad Católica de Temuco jvillar@uct.cl</p>
<p>Chile María Daniela Sánchez Stürmer</p> <p>Universidad Católica Silvia Henríquez dsanchez@ucsh.cl</p>	<p>Colombia Claudia Mora Motta</p> <p>Pontificia Universidad Javeriana cmora@javerianacali.edu.co</p>
<p>Colombia Milton Fernando Trujillo Losada</p> <p>Universidad del Valle milton.trujillo@correounivalle.edu.co</p>	<p>Costa Rica Elsiana Guido- Guido</p> <p>Universidad de Costa Rica eguido07@gmail.com</p>

Dinamarca Rita Cancino Aalborg University rcancino@hum.aau.dk	Ecuador Christian Benjamín Cabezas Guerra Pontificia Universidad Católica del Ecuador CHCABEZAS@puce.edu.ec
España Ana Luisa López Vélez Universidad de Deusto analuisa.lopez@deusto.es	Guatemala Carmen Vicenta Salazar Telón Universidad Rafael Landívar csalazar@url.edu.gt
Nicaragua Vera Solís Universidad Centroamericana vsolis@ns.uca.ni	Perú Oswaldo Orellana Manrique UNMSM - Universidad Nacional Mayor de San Marcos orellanaoswaldo@gmail.com
Uruguay Carolina Greising Díaz Universidad Católica del Uruguay «Dámaso Antonio Larrañaga» cgreisin@ucu.edu.uy	Venezuela Mercedes Morales Guinart Universidad Católica Andrés Bello mmorales@ucab.edu.ve

Para obter mais informações sobre o projeto Tuning:

Coordenadores Gerais do Projeto Tuning	
Julia González juliamaria.gonzalez@deusto.es	Robert Wagenaar r.wagenaar@rug.nl

Pablo Beneitone (Diretor)

International Tuning Academy
Universidad de Deusto
Avda. de las Universidades, 24
48007
Tel. +34 94 413 9467
Espanha
pablo.beneitone@deusto.es

Cofinanciado pela



Comissão
Europeia

